

Inspere
Ciências Econômicas

Otávio Guzzo Duca de Almeida

Homo economicus: entre o claustro e a axiologia.

Uma arqueologia do objeto das ciências econômicas

São Paulo

2022

Otávio Guzzo Duca de Almeida

Homo economicus: entre o claustro e a axiologia.

Uma arqueologia do objeto das ciências econômicas

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Graduação em Economia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte.

São Paulo

2022

Duca de Almeida, Otávio Guzzo

Homo economicus: entre o claustro e a axiologia

Otávio Guzzo Duca de Almeida. - São Paulo, 2022.

53 f

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Insper 2022

Orientador: Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte

1. Foucault. 2.Arqueologia. 3.Homem econômico. 4.História do pensamento econômico. 5.epistemologia. I.Otávio Guzzo Duca de Almeida. II. Homo economicus: entre o claustro e a axiologia

Otávio Guzzo Duca de Almeida

Homo economicus: entre o claustro e a axiologia.

Uma arqueologia do objeto das ciências econômicas

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Graduação em Economia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte.

Banca examinadora

Prof. Dr. Pedro Garcia Duarte

Inspere

Prof. Dr. Fernando Ribeiro Leite Neto

Inspere

*À minha vó, que desde o primeiro
sopro foi minha segunda mãe.*

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, ao grande arquiteto do universo, que me concebeu a existência, a minha faculdade, a minha família, tudo aquilo que me cerca.

Agradeço aos meus pais, que sempre prezaram pela minha boa educação, e que me cederam um lar repleto de amor e paz, onde sempre tive a segurança e o cuidado necessário para a realização de qualquer objetivo.

Agradeço à minha vó por todo carinho materno, por todo apoio, por todas as conversas, e por toda a segurança que tenho quando estou ao seu lado.

Agradeço à minha namorada, Mylena, que em todos os momentos me ilumina com sua companhia, seu sorriso e seu abraço.

Agradeço a todos os meus amigos que construí na faculdade, em especial aos "Jojo's", que me acompanharam ao longo dessa caminhada, e foram grandes companheiros, tanto de faculdade quanto de vida. Agradeço, além desses, a Marcos Gurgel e a Victor Afonso, que preenchem a minha vida com o regozijo cotidiano da nossa convivência. Agradeço, também, a todos os meus demais amigos e colegas que compartilharam dessa caminhada, chamada vida, comigo

Agradeço aos meus colegas de Ágora, uma das mais enriquecedoras experiências que tive na minha vida, e que sem o material humano nada seria.

Agradeço, finalmente, aos meus mestres, que tanto me ensinaram ao longo dessa caminhada.

Non coeptae assurgunt turre, non arme iuuentus

(Eneida, Virgílio, versos 86-89, 19 a.C)

Resumo

Neste trabalho, pretendo efetuar uma arqueologia do homem econômico, sujeito das ciências econômicas. Para isso, me apropriei de diferentes formas de discursividade que compuseram esse conceito, de Platão a Foucault, de modo a explicitar quais foram as cadeias retóricas que construíram a formação e a formatividade de uma ferramenta tão amplamente discutida e utilizada nos cursos de economia. Meu objetivo é, portanto, aquele de explicitar quais foram as epistemes, as formas de desenvolvimento prévio do saber, que construíram os diferentes "homens econômicos" ao longo dos diferentes cursos históricos.

Palavras chave: Foucault, arqueologia, homem econômico, história do pensamento econômico, epistemologia.

Abstract

In this present work, I will make an archeological analysis of the economic man, subject of Economics. For this, I am using the distinct forms of discursivity that made up this concept, from Plato to Foucault, which will allow me to show the rhetorical chains that build the formation and formativeness of such an important tool used in Economics chair's. Therefore, my goal is to express which were the previous *epistemes*, the forms of development of the Knowing, that built the multiplicity of "economic mans" present in the path of history.

Keywords: Foucault, archeology, economic man, history of economic thought, epistemology.

Sumário

1. INTRÓITO	11
2. PLATÃO E O OIKOS: A NATUREZA MODERADA DA DECISÃO	16
2.1. A inclinação positiva da Economia e o contra-senso platônico.....	16
2.2. A moderação e a virtude como cronograma do sujeito econômico platônico.....	19
3. A ESCOLÁSTICA E O REINO NA TERRA: <i>CONVERTE NOS DOMINE AD TE ET CONVERTEMUR INNOVA DIES NOSTROS SICUT A PRINCIPIO</i> (LM, 5.21)	27
3.1. Introjeção contextual: o discurso medieval e o fato social do feudalismo.....	27
3.2. Por que São Tomás de Aquino?	30
3.3. " <i>Lex divina et lex naturalis</i> ": A lei divina, o fundamento do homem econômico.....	33
4. ADAM SMITH: A FORMATIVIDADE DAS RELAÇÕES SENTIMENTAIS E A SUA RELAÇÃO COM A RIQUEZA DAS NAÇÕES (1776)	38
4.1. Da natureza mutatória do cânon smithiano: um panorama evolucionário.....	38
4.2. Ratio ens: a racionalidade do homem econômico smithiano.....	45
4.3. Moralis ens: a moralidade do homem econômico smithiano.....	47
4.4. Passio ens: a emotividade do homem econômico smithiano.....	48
5. Conclusão	50
6. Referências Bibliográficas	52

1. Intróito.

Comumente, nos cursos de economia *in totus*, principalmente naqueles de cunho mais ortodoxo, donde se extrai, com determinadas ferramentas numéricas fundamentais, as principais teorias econômicas que constroem o arcabouço de conhecimento necessário à compreensão do mundo econômico, o qual podemos considerar, a partir da definição robinsoniana do termo, como um "mundo de escassos, nos quais se faz necessária uma gestão"; tem-se uma figura onipresente: o "*homem econômico*". Abstrativo, racional e geométrico, o *homo economicus* é uma metáfora modelar. Serve como fundamento aos principais modelos da teoria econômica que, por meio de procedimentos racionalizantes, cartesianos, tentam explicar, dedutivamente, o corpo de assimilações possíveis da realidade. Assim como, alternativamente, serve para ancorar alguns pressupostos pedagógicos necessários à compreensão de um modelo mais indutivo e empírico. Desta maneira, portanto, o homem econômico acaba por se constituir como uma metáfora arquipotente dentro do cânone da economia, sendo, tão logo, uma importante ferramenta de compreensão epistemológica do *locus* de abordagem da ciência econômica, seja no ambiente puramente dedutivo, dos longos solilóquios axiomáticos da Economia Matemática, seja no ambiente empírico das regressões e dos traquejos numéricos.

Assim sendo, compreendê-lo se torna uma tarefa fulcral a todo aquele que se dispõe a conhecer, de forma precisa, concreta e peremptória, a teoria econômica e os escólios que dela se seguem. É evidente que uma visão tal qual, de que a compreensão de uma unidade modelar, *sui generis*, como o homem econômico, é fundamental ao conhecimento de todo um campo epistêmico, é uma visão propriamente voltada ao deslocamento hermenêutico que trata a ciência econômica enquanto uma *soft science*¹. Com base nisso, sobre essa ótica, melhor introduzo minha proposta interpretativa acerca desse objeto da Ciência Econômica.

Primeiramente, de início, pontuo que nossa abordagem, aqui, será aquela de fazer uma arqueologia de um conceito, uma *archéologie du savoir*, no sentido expressamente foucaultiano do termo. Para isso, apregoar-me-ei nos discursos fundamentais que amontam a

¹ Estarei, aqui, nas decorrentes linhas deste trabalho, atinando-me à compreensão de que a Economia deve ser interpretada como uma *soft science*, modelo bem explicitado por Pêrsio Arida (Arida, 1996) em consonância com as pragmáticas de ideal-tipo propostas por Weber. Interpretá-la dessa forma é, antes de tudo, compreendê-la como uma ciência em interlocução direta com os estamentos do passado, com um fundo heurístico bem estabelecido. Assim sendo, nessa visão, observa-se que a leitura dos clássicos, assim como um auspicioso procedimento hermenêutico relativo a eles, isto é, uma reflexão própria à sua economia de pensamento, é uma tarefa fundamental e necessária à plena compreensão dessa ciência, uma vez que a Economia, enquanto processo fluido e aberto, 'flexível', nessa ótica, é uma ciência em que "o conhecimento está disperso historicamente" (Arida, 1996, p. 14) e concatenado intrinsecamente com a sua cadeia de compreensão.

formação do conceito do "homem econômico", observando, de forma laboriosa, as narrativas representativas que ele o compõem. Essas narrativas, que se focam na posição do objeto dentro da sua construção pelo sujeito, são aquelas que nos permitem conhecer como esse conceito foi formado e como ele se desloca dentro do campo dos discursos, dentro do campo das retóricas. Além disso, nessa lógica, um conceito como o homem econômico não nasce de forma prévia, desarticulada do discurso no qual ele foi construído. Não. Muito pelo contrário, o *homo economicus* nasce de uma discursividade própria de um tempo. Nasce de um deslocamento intertemporal de fatores, que se interligaram, repeliram ou estabilizaram, de modo a fazer com que ele se tornasse, não somente um recurso metodológico fundamental (uma pura representação) - os perspicazes anátemas de diferentes Robinsons Crusóes - mas, de fato, uma forma de fazer história e construir um campo de entendimento do homem, enquanto objeto de conhecimento. E tornar o homem um objeto de conhecimento é, antes de tudo, como bem explicitaram Giacomoni e Vargas, o *demarches* principal da modernidade, e o principal alicerce e direcionamento da metodologia arqueológica foucaultiana, donde:

Foucault pretende demonstrar a operação de algumas mudanças: enquanto na época clássica a história natural, com suas análises sobre os seres vivos, as gramáticas, com os estudos das gramáticas gerais, e os fisiocratas, com os estudos das riquezas, fixavam suas análises ao nível das representações, as novas **ciências empíricas que sucedem estes discursos vão produzir uma mudança radical. Estas chamadas "ciências empíricas", a biologia, economia e filologia, modificam não apenas seus objetos específicos de conhecimento, mas a própria condição do homem como objeto do conhecimento**².

Isto é, em linhas gerais, a conceituação de um objeto tal como o "homem econômico" tem, como uma idiossincrasia fundamental da sua própria episteme, um discurso que apresenta de forma originária uma determinada focalização no homem enquanto objeto de conhecimento. Uma explicação do comportamento deste, sob a via de um novo conhecimento, de uma nova discursividade.

Mas qual seria essa discursividade? Essa nova forma de retórica que envolve o projeto recursivo desse novo constructo metodológico? Em minha visão, a retórica fundamental que

² Marcelo, Giacomoni; Vargas, Anderson. *Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva*. Veredas Online: Análise do Discurso, pp.119-129, Fevereiro, 2010. p. 120.

acompanha a denotação do homem econômico, como tese fundamental, é a retórica da racionalidade. O homem econômico é a síntese de um novo percurso histórico. É o sufrágio da razão aos homens. Nele se encerram os discursos kantianos que denotam uma *Vernunft* imperiosa, criteriosa, que homogeneiza e torna os homens primados de um Arquitecto superior; e se verificam os discursos cartesianos, que tratam a inteligibilidade do homem como uma razão geométrica, uma ordem de razões predestinada, que erige a própria quiddidade da existência. O homem econômico, portanto, em seu primeiro significado, é um homem racional. E é, fealmente, uma construção teórica preparada para ancorar a visão de mundo subjacente ao racionalismo que permeou o período entre os séculos XVII, mais notadamente, e o século XIX, mais difusamente.

Por ser, então, um fruto discursivo, um elemento primordial de sujeição do homem à natureza de objeto do conhecimento, esse conceito passou por diversas conceituações à medida que a história se movimentava. Iniciou-se com a definição de que um homem econômico era um sujeito racional, maximizador de prazeres e minimizador de dores; foi-se à crítica de que esse não existia, mas que, no revés, existia um homem oprimido, cuja principal instância era viver para ancorar um sistema ideológico dominante; passou-se pela ideia de que esse consumia não para, expressamente, maximizar sua utilidade, mas para obter reconhecimento; às tantas. Enfim, são diversas e complexas essas elaborações e usos desse conceito. Complexidade, a qual, se constrói no fato deste, do conceito de homem econômico, ser uma episteme que, além de uma mera ferramenta metódica, como muitos se apropriam na atualidade dos cursos de economia, é um projeto de compreensão dos diferentes discursos que envolvem a historicidade e localidade dos processos humanos; sendo, tão logo, um objeto de estudo fulcral, não só do economista, mas de todo aquele que busca compreender a formatividade do *savoir* do homem. Com base nisso, portanto, introduzirei o itinerário fundamental da nossa prospecção arqueológica desse conceito.

Começo dizendo que nosso ponto de partida será a observação da história. É evidente que uma tentativa holística de explicação histórica, que busque perscrutar as origens factuais do pensamento alicerçante do *homo economicus*, é um projeto infável ao escopo deste trabalho. Assim sendo, deter-me-ei em uma exposição mais geral do conceito, de modo a mostrar as unidades conceituais fundamentais que apontam à sua construção heurística (esse é um projeto arqueológico de composição e interpretação do saber). Para tanto, tão logo, quero analisar três etapas fundamentais da história do pensamento filosófico que antecedem a construção do conceito do homem econômico, em seu *prima significatio*. Afinal, verto-me, aqui, à construção de um raciocínio arqueológico, donde se busca a extração das *formas*

discursivas que constroem um *conceito*: o *homo* supracitado. Assim, a análise dos textos clássicos, no sentido apolíneo do termo, de Platão, farão parte de nosso percurso apodítico. Além disso, como continuidade histórica e narrativa, me debruçarei em alguns ideados fundamentais da escolástica, onde se explicita, de forma primitiva, alguns apontamentos à natureza "econômica", no sentido epistêmico do termo, do homem e dos seus vértices de racionalidade atuante. Finalmente, chegarei em Adam Smith, precursor fundamental da Economia Política e sedimento natural de todo e qualquer predicado da escola clássica e neoclássica, tão afim na pragmática dos cursos de Economia. É nessa etapa, portanto, que serão apontadas as unidades discursivas fundamentais que embasaram a sinfonia de diferentes "robinsons" que vemos ao longo do curso da história do pensamento econômico.

Tendo isso em vista, é também importante notar que, como apontamento metodológico, seguirei a postulação proposta por James Bonar em *Philosophy and Political Economy*, na qual se observa que:

Na Economia, e até mesmo nas mais modernas técnicas da teoria econômica, há, necessariamente, certas suposições moral-filosóficas. Há questões filosóficas e morais que qualquer escola de economia, inevitavelmente, toma, implicitamente, alguma posição. E as conclusões de teoria econômica, incluindo aquelas em que se trata de aplicação de políticas, são afuniladas por, e apresentam alguma significação em termos de, algumas pré-concepções filosóficas, ou, mais largamente, em algum sistema de pensamento filosófico pelo qual suas conclusões são esboçadas³.

Minha missão, portanto, será aquela de explicitar quais são as chaves hermenêuticas, compostas pelo *corpus philosophicum*, que antecedem a compreensão prévia e profunda do conceito de homem econômico.

À construção e interlocução desse diagrama de análise, que compuserão minha proposta arqueológica, proponho a seguinte estrutura capitular, aquela que será responsável por apreender a historicidade das formas prévias e embasadoras do discurso do homem econômico, tem-se três principais capítulos, sendo eles: 1. "Platão e o *oikos*: a natureza moderada da decisão"; 2. A escolástica e o Reino na Terra: *converte nos Domine ad te et convertemur innova dies nostros sicut a principio* (Lm, 5.21); 3. Adam Smith: a formatividade das relações sentimentais e a sua relação com a *Riqueza das Nações*.

³ Bonar, James. *Philosophy and political economy in some of their historical relations*. 3a Edição. Londres: G. Allen & Unwin, 1992. p. xv (Tradução nossa)

Apresentados esses três compêndios analíticos, terei, tão logo, completado meu projeto de contribuição à arqueologia do homem econômico. De modo a encerra-lo, destarte, exporei, ao fim desse trabalho, uma breve conclusão ratificando os pontos principais vistos em suas partes fundamentais, de modo a redirecionar o leitor ao eixo de análise proposto pela totalidade da argumentação. Iremos, então, ao nosso périplo.

2. Platão e o *oikos*: a natureza moderada da decisão.

2.1. A inclinação positiva da Economia e o contra-senso platônico.

O positivismo foi, e ainda é, certamente, uma mácula dentro da história do pensamento, e, não podendo faltar, dentro da história do pensamento econômico, enquanto campo do saber. A análise positiva é, propriamente, uma análise "do que é". Por meio de uma descrição peremptória e incisiva dos campos de observação empírica, a análise positiva, vinculada por Augusto Comte, busca uma

renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, **para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares** e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir⁴.

Essa lógica faz com que os empreendimentos normativos de descrição do mundo, aqueles que suscitam raciocínios que inclinam o mundo à prescrição, ao que "deveria ser", sejam solapados por uma força maior: por uma força positiva, que aliena-se aos dados e à observação do todo real, e coloca sob um plano de fundo, bastante hermético, toda e qualquer tentativa de descrever o mundo enquanto princípio de potencialidade e teorização abstrata.

Esse "estado positivo da humanidade", em que a teologia e a metafísica, que requeriam um espaço abstrativo de visão do mundo e dos problemas sociais, políticos e econômicos, já haviam submergido à condição de "tatear às cegas", terminologia cunhada por Kant, no prefácio à *Crítica da Razão Pura*; é o espírito pelo qual os economistas do século XIX, e adiante, colocam sua maneira de observar a teorização e a inclusão do mundo real no "mundo econômico" de suas teorias e corpúsculos modelares. Sendo assim, a proposta de uma "economia positiva", tão estimada por nossos colegas mais recentes e pelos expoentes do século XX, torna-se, mais que uma singela representação de uma discursividade, uma busca

⁴ Comte, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Edição da Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.4.

por transformar a Economia, uma ciência social *sui generis*, em uma ciência objetiva, capaz de, como apontado por Friedman,

[...] prover um sistema de generalizações que pode ser usado para se efetuar uma correta previsão das consequências, em qualquer mudança de circunstâncias. Sua performance [a performance do sistema de generalizações] deve ser julgada pela sua precisão, escopo, e conformidade da experiência pela qual a previsão deve ser amparada⁵.

Uma proposta de tamanha envergadura envolve, claramente, todo um anteparo mais abrangente. Busca-se por meio dela, o alcance de conclusões científicas claras, arquipotentes, que conseguem descrever e explicar o funcionamento do mundo com a precisão de uma máquina, e não com o estilismo de uma retórica específica ou, tampouco, com o amparo de uma ideologia propriamente dita. Assim, a Economia, quando saiu do campo da "filosofia moral", no século XIX (não coincidentemente, o contexto da discursividade positiva), transfigurando-se num campo científico consolidado, buscou se esquivar de qualquer formalidade retórica de explicação do mundo econômico. Muito pelo contrário, os economistas que ela compuseram, na maior parte das vezes, buscavam explicações positivas e imparciais sobre o funcionamento do mundo econômico⁶.

Por conta dessa proposta, esses teóricos recluiram aquelas propostas que tornavam o *ethos* uma instância fundamental de compreensão do mundo econômico. A verdadeira economia é feita pela observação incruenta da realidade. Pela observação de dados, de modelos com hipóteses reais, de análises teóricas fidedignas à ambientação da realidade mundana, etc. Sem esses pressupostos não há, para a *avant-garde* da economia, uma Ciência Econômica. Keynes, sobre isso, disse:

⁵ Friedman, Milton. *The Methodology of Positive Economics*. In *Essays In Positive Economics*. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1966. p. 6

⁶ Quando digo isso, não digo que os meios justificam e sintetizam os fins. O fim da análise econômica, seja em um modelo econométrico empírico, seja numa abstração matemática, é a busca por uma descrição concreta e consciente das escolhas dos agentes, não uma análise ética, axiológica, que envolve prescrições e explica um mundo "idealizado". Isso, nesse sentido, é positivo. Por mais que existam análises normativas muito abrangentes, em modelos muito claramente dispostos, como é o caso do "leiloeiro walrasiano", a maioria dos modelos e das teorias econômicas envolve, seguindo a guisa de Lange, "uma validade objetiva. O que significa que duas ou mais pessoas que aceitarem se guiar por determinadas e comuns regras do procedimento científico serão levadas às mesmas conclusões, caso elas se apropriem das mesmas suposições" (Lange, 1946, p.22). Assim, existe, na Economia, um interesse no isolamento de valores e não, como se vê nos "analíticos normativos", um interesse na sua incorporação e na sua descrição em determinados contextos.

Few practical problems admit of complete solution on economic grounds alone [...] When we pass, for instance, to problems of taxation, or to problems that concern the relations of the State with trade and industry, or to the general discussion of communistic and socialistic schemes - it is far from being the case that economic considerations hold the field exclusively. **Account must also be taken of ethical, social, and political considerations that lie outside the sphere of political economy regarded as a science**⁷.

Pensamento o qual sintetiza grande parte do *modus operandi* das cadeiras de Economia nas universidades mundo afora.

Platão é o contra-senso desta proposta. Desassociado dos modernos cientistas, que, como recém vimos, vertiam-se à tentativa de imparcializar suas análises, Platão via nas estâncias cívica e humana uma via para a verdadeira compreensão do mundo. Todas as análises platônicas concernentes a qualquer tópico do mundo econômico⁸, como as reações e comportamentos do homem à riqueza, as funções sociais do estado, etc., eram intimamente relacionadas à Ética e à moral. Não existia teoria platônica sobre a sociedade que fosse desarticulada desses princípios normativos. O *ethos*, posso dizer, a Platão, é a chave tipográfica fundamental à compreensão da realidade do mundo econômico. Sem ele, e sem a busca por um Bem Maior, pelo Bom e pelo Racional, e pela perfeita articulação, necessária à psique humana, da ação da alma com a do corpo, não há - e nunca haverá - qualquer análise precisa e Verdadeira sobre a realidade do homem e dos seus problemas subsequentes.

Apesar desse dissenso, a discursividade platônica é fundamental à nossa arqueologia do *homo economicus*. Existe, evidentemente, um homem econômico, um sujeito que opera as ideias econômicas, na economia do pensamento platônico. Os discursos que a envolvem, muito diferentes dos modernos, que analisaremos doravante, são pavimentados por vias epistêmicas totalmente contrárias. O homem econômico platônico - como alguns que veremos ao longo deste trabalho - é um sujeito axiológico. Fatores culturais, intercontextuais, cívicos e teleológicos envolvem a sua normatividade. Não é um sujeito do claustro; mas sim um que deve se preocupar com a cultura e com o entorno que o cerca (homem moldado pela

⁷ Keynes, John Neville. *The Scope and Method of Political Economy*. 4a edição. New York: A. M. Kelley, 1955. p. 34. (grifos nossos)

⁸ Lembremos que, entre as áreas de abrangência do platonismo, a economia era a menos proeminente, e uma das mais secundárias. Porém, apesar disso, eu vejo, como muitos outros autores consoantes da História do Pensamento Econômico, nesse autor, um símbolo de luz. É ele quem traz ao debate, de forma pioneira no cânon da filosofia, uma preocupação com as ideias econômicas e com outros problemas que fogem das cosmologias metafísicas e compreensões extra-mundanas, que tanto marcaram os pré-socráticos, como Tales, Demócrito, Pitágoras, etc.

παιδεία). Não é um sujeito do êremo, auto-interessado *per regula*, mas um que se preocupa, e *tem o dever* de se preocupar com o bem-estar cívico da sociedade que o cerca. Posso dizer, portanto, que o homem econômico platônico é um homem cuja *opção* pelo bem altero e pelo agir virtuoso e logocentrado são primados indelévels e paradigmas fundamentais de escolha.

2.2. A moderação e a virtude como cronograma do sujeito econômico platônico.

Preambularmente, devemos observar que a teoria do valor platônica, parcamente envolvida nas suas principais linhas dissertativas - lembremos que a problemática nuclear da teoria platônica é o idealismo moral, não uma teoria econômica propriamente dita - é definida pela habilidade/capacidade daquele que usa o bem produzido. Para ele, de nada adiantaria alguém produzir um determinado bem, se outro indivíduo não pudesse usá-lo. Alternativamente, de nada adianta eu buscar um determinado bem se eu não puder usá-lo, se eu não possuir a capacidade de usufruir aquilo que ele me oferece. Dessa maneira, o valor de um determinado bem está vinculado à capacidade do seu usuário o utilizar. E, assim, como teoria subjetiva, um determinado indivíduo, que podemos denotar como um "sujeito econômico", uma vez defronte de uma matriz de escolhas de possíveis bens, opta por escolher aquele que está em sua capacidade de utilização. No *Eutidemo* (280 c), isso é demonstrado sob a égide da indagação de Sócrates a Eutidemo:

Seríamos então felizes por estarem presentes os bens, se não nos fossem de nenhum proveito, ou se fossem de proveito? [pergunta Sócrates] - Se fossem de proveito [replica Eutidemo]. (...) **Ser-nos-iam então de algum proveito se apenas os tivéssemos e não os usássemos?**⁹ [...] **Certamente não [responde Eutidemo].**

Como pode-se observar, o núcleo da teoria da escolha e da teoria de formação do valor - no sentido do valor de escolha, de geração de preferências, e não, como vemos em Smith, na formação de preços - platônica é extensiva e totalmente qualitativo. Não há uma natureza quantitativa na escolha, ou seja, um raciocínio de pura acumulação, no qual "quanto mais eu tiver, mais eu poderei estar satisfeito". Pelo revés, ao ateniense a escolha deve ser utilitária, predisposta à nossa capacidade de utilizar aquilo que escolhemos. Temos, então, de três principais características do homem econômico platônico, a primeira, sendo ela: o sujeito

⁹ Platão. *Eutidemo*. 1a Edição. Tradução do texto adaptado de John Burnet por Maura Iglesias. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2011. 280b-e.

econômico da proto-teoria econômica platônica é um homem que observa o valor dos objetos pela sua própria capacidade de utilizá-los (sabedoria), e não pelo o quanto ele pode consumir deles.

A segunda importante característica do homem econômico platônico, quiçá a de maior relevo e de maior apelo aos comentadores, é o foco do homem platônico na felicidade. A unidade focal do homem platônico, assim como do homem helenístico, enquanto unidade discursiva, é a busca pela felicidade. Felicidade não no sentido de alegrias pontuais, como aquelas que conquistamos por fortunatos fatos cotidianos, mas do alcance de um estado elevado de espírito. A bondade, a justiça e a temperança, alcançadas pelo estatuto do homem sábio, prudente, são o foco da epistemologia platônica e o cronograma de escolha ideal à boa vivência dos homens. Assim, um homem que foge dessas características, de bom, prudente, alinhado às virtudes, é um homem infeliz, que não vive uma vida suficiente. A vida só serve ao homem platônico um gáudio se, e somente se, ela for vivida na esteira das virtudes morais. Caso o contrário, todo o interlúdio vital do homem será configurado por um nefasto peso de um corpo corruptível sobre uma alma emperfidada. Essa felicidade, por sinal, é atingida quando se atinge o Bem, que é, como belamente colocado por Raven:

em primeiro lugar, e com mais evidência, **a finalidade ou alvo da vida**, o objeto supremo de todo o desígnio ou aspiração. Em segundo lugar, e mais surpreendentemente, **a condição do conhecimento**, o que torna o mundo inteligível e o espírito inteligente. E em terceiro, **último e mais importante lugar, é a causa criadora que sustenta todo o mundo e tudo que ele contém, aquilo que dá a tudo o mais a sua própria existência**¹⁰.

Essa definição de Bem nos suscita algumas conclusões essenciais. Primeiro, não há motivação razoável, racional, sem que haja uma pulcritude (uma busca pelo bem e pelo belo) vinculada aos atos. Não é coerente se efetuar uma ação desviante da finalidade da vida, daquilo que envolve o 'objeto supremo de todo o desígnio ou aspiração', pois, se ele é um objeto de desígnio e aspiração, ele é exatamente o que buscamos e não o buscar seria um gládio desnecessário. Segundo, agir "Bem", isto é, agir virtuosamente, segundo um cronograma de virtudes cardeais e cardinais, é aquilo que nos permite obter conhecimento do mundo e nos tornarmos seres inteligentes, à parte de outros seres presentes em conjuntos de

¹⁰ J.E. Raven. *Plato's Thought in the making*. 1a edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1965. p.130, grifos nossos

menor gradação de inteligibilidade. Assim sendo, nossa condição de racionalidade - altamente desejável, afinal, queremos ter destaque perante à arquipotência do mundo - é atingida, à *prima facie*, pelo agir virtuoso da nossa alma; que envolve, repetindo, a prática do Bem. Por fim, a terceira conclusão é a de que se o Bem é a condição *sine qua non* para a existência do mundo, agir em desacordo com ele seria, silogisticamente, agir em desacordo com a minha própria natureza e com aquilo que a mim mesmo me constitui. Se eu estou no mundo e o mundo foi criado e é sustentado pelo Bem, ir contra o bem é, literalmente, ir contra a própria natureza que envolve a minha criação; me tornando, portanto, uma criatura imperfeita, que se afugenta do princípio ordenador do mundo. Por conseguinte, em síntese, se o homem platônico busca a felicidade, que é veiculada pela alcance do Bem, a preocupação fundamental do *homo economicus* platônico, enquanto homem racional existente na realidade e no mundo, deve ser aquela de procurar o Bem a qualquer custo. Caso ele fuja dessa perquirição, ele estará vivendo em uma condição perene de contraversão à sua própria natureza, o que não é desejável.

Nesse sentido, então, podemos nos perguntar: como o homem econômico, nessa episteme, opera para atingir a sua finalidade, isto é, a felicidade e o agir de acordo com o Bem? E, além disso, dada essa finalidade, como ele age perante às suas medidas econômicas, como a acumulação de riquezas? E o quão desejáveis são essas medidas? Primeiramente, explicitarei como nosso sujeito opera para atingir a sua finalidade, isto é, para atingir o Bem.

O bem platônico opera sob uma condição *a priori*. Fazê-lo é operar sobre condições que são externas às ocasiões intercontextuais de uma sociedade em específico, e externas a demais condições da vida humana e propriamente da cultura. O Bem, nesse *detour*, apesar de possível de aplicação em distintos contextos, é uma instância firme e constante da vida. É algo que deve, portanto, ser buscado de igual forma por diferentes homens, em diferentes tempos. Assim sendo, torna-se ele um importante vetor à vida moral dos homens, uma vez que é um cronograma imutável e transtemporal de regulação da sua vida normativa.

Com base nisso, Platão descreve a "forma do Bem" (*τὸ ἀγαθὸν*) com uma metáfora: com a metáfora do Sol. O Bem platônico é o sol dos homens, é aquilo que ilumina e nos permite uma visão abrangente, capaz e inquiritiva do mundo. Apenas conhecemos o mundo por meio da iluminação do astro lampejante. O Bem é, por conseguinte, a fonte da verdade de todas as coisas, o veículo de conhecimento do mundo - como já observamos anteriormente. Dessa forma, aquele que age *para o conhecimento*, buscando uma *noésis*, um conhecimento de si mesmo e das formas inteligíveis do mundo, é aquele que atinge o Bem. Só atinge o Bem platônico, tão logo, aquele que supera a natureza corpórea e concreta do mundo dos

acidentes, e busca, por meio de uma análise introspectiva das próprias vicissitudes da sua consciência, um profundo conhecimento de si. Conhecimento esse que é obtido, por assim dizer, pela atitude virtuosa, alicerçada nos princípios da "sabedoria" (obtida por meio da Educação dos indivíduos da *pólis*, que liberta os homens da 'caverna')¹¹, da "coragem" (*θυμός*), da prudência (*φρόνησις*) e da temperança, ou moderação (*Σωφροσύνη*). Quando atingido, então, esse *paradeigma*, em que os homens conhecem a si mesmos e os Universais, pode-se então construir um Estado justo, ideal, um agir **Bondoso e Feliz** e uma sociedade, enfim, pulcra e rumada ao desenvolvimento¹².

O homem platônico é, portanto, um homem introspectivo, contemplativo, que possui como primado de ação um agir "virtuoso", imantado de moderação, sabedoria e coragem. E é com base nesses princípios que o homem *econômico* platônico, reagente aos estímulos econômicos, se constitui. A riqueza, para a proto-teoria econômica platônica, não é algo desejável em abundância. Como já vimos, as 4 virtudes cardeais, que envolvem a constituição do Bom e conseqüentemente da felicidade, devem ser a primazia de ação e de escolha do homem. E a riqueza, quando em excesso, fere, principalmente, a economia da moderação. Um homem que procura a riqueza anda *pari passu* com a intemperança, uma vez que uma vez não limitada, ela se torna uma fonte de cobiça deste homem, que não consegue controlar seus desejos concupiscentes e, assim, não logra em agir virtuosamente - com base na transluzida luz da *aletheia* que as virtudes o conduzem - e, destarte, racionalmente. Segue-se a colocação do ateniense no livro de *Leis* (743 a, b):

I would never concede to them that the rich man is really happy if he is not also good; while, if a man is superlatively good, it is impossible that he should be also superlatively rich. "Why so?" it may be asked. Because, we would reply, the gain derived from both right and wrong is more than double that from right alone, **whereas the expenditure of those who refuse to spend either nobly or ignobly is only one-half the expenditure of those who are noble and like spending on noble objects;** consequently, the wealth of men who double their gains and halve their expenditure will

¹¹ A educação platônica envolve, nas linhas dissertativas da *República* (livro VII), uma formação transversal e transtemporal do Homem. Assim, o Homem, para que seja educado, deve, desde muito jovem, ter acesso às artes e à ginástica, de modo a formar seu caráter. Com esse caráter formado, deve ter acesso à literatura e às artes escritas, como o procedimento filosófico propriamente dito; e, além disso, deve, somente quando adulto, se alistar no exército e se preocupar com a natureza expansiva da *pólis*.

¹² O que constitui o objeto e o tema central d'*A República: como construir um estado justo?*

never be exceeded by the men whose procedure in both respects is just the opposite¹³.

Ou seja, no desenvolvimento platônico, riqueza e racionalidade (enquanto conhecimento do Bem e *noesis*) são polaridades opostas do movimento dialético. Não é possível almejar a riqueza ilibada e a felicidade esclarecedora concomitantemente. Não. O homem verdadeiramente sábio e virtuoso, que consegue atingir a felicidade de forma pura e racional é um homem equilibrado, que possui alguma riqueza somente para sustentar as suas necessidades vitais essenciais, condição necessária, como coloca Kenneth Neal, à obtenção do conhecimento e à prática das virtudes essenciais:

In order that man may discover knowledge, it is necessary for him to secure the necessities of physical and emotional sustenance. [...] Plato was no ascetic. He accepted the fact that the well-ordered soul exists within a body that must be nourished and otherwise maintained¹⁴.

Um homem não nutrido e não são é um homem impossibilitado de exercitar a contemplação virtuosa e, portanto, impossibilitado de atingir a notação de rei filósofo - patente do homem sábio, feliz *per ratio*. Portanto, não é do interesse do homem econômico platônico, enquanto agente racional¹⁵, operar em qualquer um dos opostos, de muita riqueza ou de muita pobreza. Muito pelo contrário, podemos afirmar que a racionalidade econômica desse sujeito é aquela de um indivíduo pautado na moderação e na busca infrene pelo conhecimento dos Universais, que não são os acidentes do mundo aparente, mas as substâncias do mundo Ideal.

Temos, então, a segunda característica fundamental do homem econômico platônico: é um homem que opera (leia-se 'deve operar', lembremos da normatividade da teoria platônica) um sistema de escolhas que não visa nem a maximização dos lucros, nem a maximização dos prazeres, mas a maximização dos saberes, do conhecimento. Assim sendo, ele converge esforços à otimização das condições necessárias para esse saber, para esse agir virtuoso, e abona qualquer tipo de excesso, como o excesso de riqueza ou de pobreza. Enfim, pode-se dizer que, como núcleo da teoria econômica platônica, tem-se um sujeito moderado, reflexivo das virtudes e, por conseguinte, da busca pelo Bem.

¹³ Platão. *Leis*. In: *Plato in Twelve Volumes, Vols. 10 & 11*. Traduzido por R.G. Bury. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967.

¹⁴Townsend, Kenneth Neal. *Platonic Economic Theory: the Economics of Moderation*. Louisiana: LSU Historical Dissertations and Theses, 1983. p. 167.

¹⁵ Leia-se aqui a racionalidade contemplativa platônica, e não a racionalidade maquínica moderna, baseada em pressupostos lógicos.

Finalmente, vamos à terceira e última característica que creio ser fundamental à compreensão da discursividade do homem econômico platônico: é um homem cívico, socialmente disposto. A doutrina platônica é, primordialmente, uma doutrina, como aponta Paul Hugon, socialista¹⁶. Não é um socialismo como vemos ordinalmente, pautado por um cientificismo doutrinário e por correntes lógicas propriamente críticas. De forma contrária, o socialismo platônico é algo que se pode chamar de "socialismo moral": deve-se tornar as pessoas maximamente iguais para que elas possam executar sua atitude contemplativa que as leva à felicidade. Não há, portanto, nessa forma de socialismo, uma proposta de crítica às formalidades concretas da vida, como no socialismo científico marxiano. Mas há, de fato, uma indicação a um paradigma de conformação estatal que motive os indivíduos a contemplarem e levarem uma vida filosófica, necessária à *eudaimonia*. Esse tipo de pensamento era normal num mundo em que a contemplação era vista como *tantum modo* à geração de felicidade, e os interesses do todo eram vistos em primazia aos interesses particulares. Nesse último ponto, destacamos, então, como uma das principais teses d'*A República*, a defesa de um Estado geral¹⁷ e igualitário, que deliberava pelo povo e para o povo, e a defesa do fim da propriedade privada, aquela que remove o princípio de isonomia a ser mantido pelo Estado ideal. Esse Estado, é importante notar, deve ser governado por filósofos, os que detém o conhecimento da justiça e, conseqüentemente, do Bem, e os demais cidadãos, enquanto instâncias "menores", devem se subordinar aos seus interesses. Assim sendo, o homem deveria deliberar em prol dos interesses desse Estado e do bem-cívico daqueles que o compõem e o cercam. O cidadão platônico, por conseguinte, deve, então, se tergiversar numa espécie de guerreiro; um guerreiro que preza pela igualdade, pela obediência ao dirigente e pelo bem cívico. Como bem aponta Karl Popper, numa síntese do "cidadão guerreiro" (Guardião) platônico, na república platônica:

O maior de todos os princípios é que ninguém, seja homem ou mulher, deve carecer de um chefe. Nem deve a mente de qualquer pessoa ser habituada a

¹⁶ Hugon, Paul. *História das doutrinas econômicas*. 14a edição. São Paulo: Atlas, 2009. p.35

¹⁷ Esse tipo de pensamento, que apregoa a necessidade de um Estado Forte, cujos interesses devem ser mais relevantes que os individuais, era muito comum e recorrente entre os antigos gregos. Para melhor explicitar esse argumento, cito Trever (Trever, 1916, p.51):

"As is generally recognized, the Greek, far more than the modern, took for granted the subordination of the individual citizen to the state. We have also seen that he tended to magnify the power of legislation as sufficient to encompass any reform, even in the face of economic laws. To him [Plato], therefore, the demand of the state be made the dispenser of private property did not seem unnatural."

permitir-lhe fazer ainda que a menor coisa por sua própria iniciativa, nem por zelo, nem por prazer. Na guerra como em meio à paz, porém, deve ela dirigir a vista para seu chefe e segui-lo fielmente. E mesmo nas mais ínfimas questões deve manter-se em submissão a essa chefia. Por exemplo, deve levantar-se, ou mover-se, ou lavar-se, ou tomar refeições... apenas se lhe for ordenado que o faça. Numa palavra, deve ensinar sua alma, por hábito prolongado, a nunca sonhar em agir independentemente e a tornar-se totalmente incapaz disso¹⁸.

Não nos é estranho, portanto, que o homem econômico platônico deva ser o contrário de egoísta e autointeressado. Uma vez acoplado a um estado governado pela iluminação do conhecimento, não deve ser do interesse do homem solapar os juízos desse estado. Muito pelo contrário, pela avidez ao conhecimento, à justiça (o Estado Ideal é quididativamente justo) e ao bem, o homem prudente deve seguir às deliberações do Rei-Filósofo, aquele mais competente e idôneo a governar a república, e, assim cultivar um espírito cívico, preocupado com o bem estar deste estado, que é, para Platão, ideal.

Tendo isso em vista, portanto, a derradeira característica do homem econômico platônico é aquela de ser pluralmente interessado. Ele não se preocupa, estritamente, com a maximização dos seus interesses e da sua utilidade; mas, de fato, se preocupa com o bem cívico e com a manutenção do *status quo da pólis*.

Está aqui caracterizado o homem econômico platônico. Ele é um homem, lembremos, que só vê valor nos objetos à medida que possui a capacidade de os usar; que tem como principal finalidade o Bem - responsável por o conduzir à condição de felicidade -, o que o faz operar moderadamente, ausente de perquirição por enriquecimento conspícuo; e, por fim, que é cívico, subordinado à vontade do todo, do Estado, e não auto-interessado, como se vê nas modernas formalidades deste conceito. Observá-lo foi, é importante notar, um ato de discursividade. A ciência econômica que conhecemos é um amontoado complexo e emaranhado de complexas discursividades que nela se concatenaram, conglomeraram e formaram uma única e subsumida unidade conceitual. O homem econômico platônico, enquanto forma originária de um discurso, foi o passo inicial para que pudéssemos compreender uma faceta do fenômeno conceitual, da episteme, do homem econômico em

¹⁸ Popper, Karl R. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. 2a edição. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Vol. 1, p. 21.

todas suas distintas acepções. Sigamos então adiante aos escolásticos e à sua visão desse objeto da ciência econômica.

3. A escolástica e o Reino na Terra: *converte nos Domine ad te et convertemur innova dies nostros sicut a principio* (Lm, 5.21).

3.1. Introjeção contextual: o discurso medieval e o fato social do feudalismo.

Chegamos, então, no medievo. Período da sociedade que, para muitos, é a "idade das trevas", em que as luzes do mundo se apagaram por um motivo de força maior, pelo obscurantismo judaico-cristão que impugnava seu cajado às tudo clamadas heresias; e que, para muitos outros, é a aurora da civilização ocidental, o momento em que os bons, os pouco bons teóricos que restaram até lá - perdidos na chama do barbarismo detrator do Império Romano do Ocidente- se conglomeraram numa grande unidade intelectual, detentora da Verdade, a Igreja. É evidente que esse é um debate, nesses termos, veementemente polarizado e que não traduz, de fato, o realismo medieval. Contudo, acredito, que, certamente, a ciência moderna tem uma origem medieval. Não acredito, claro, no relativismo totalitário, de que as unidades conceituais do medievo são verdades insaciáveis e que devem ser buscadas até hoje; porém, creio que, factualmente, exista uma alimentação direta da ciência moderna pela filosofia e pensamento medieval. Quando observamos a filosofia cartesiana, pedra angular do método científico¹⁹ moderno, vemos, como apontou Étienne Gilson, que ela é, em determinados fundamentais, uma herança direta da filosofia tomista, representante expressiva da escolástica e da teologia medieval; assim, como aponta esse autor²⁰:

Les recherches récentes poursuivies autour de Descartes ne permettent guère de mettre en doute **l'influence que certains mouvements théologiques ont exercée sur sa pensée.** La conception cartésienne de la liberté divine, la doctrine du mal, de l'erreur et du jugement, la conception de la liberté humaine enfin, **ne s'expliquent pas complètement si l'on néglige la considération de ce que l'enseignement de la**

¹⁹ Por meio de um método geométrico e crítico de dedução dos princípios, que envolve uma cadeia bem disposta de razões, Descartes fundou um novo paradigma de observância científica. A crítica hiperbólica fundada na primeira meditação metafísica estabelece, *prima facie*, o itinerário da ciência moderna que envolve a imparcialidade e o solapar dos juízos. É uma atitude fundamental de todo e qualquer cientista a crítica dos juízos, que se assentam, muitas vezes, em juízos particulares e notícias intuitivas. Quando abonamos esses juízos, por meio de uma dúvida subsumida e geométrica, vinculada e regida por um método (o método cartesiano, que articula a dúvida), chegamos a um conhecimento claro e distinto, responsável pela elaboração da verdade científica. Para mais, indico a obra de Martial Gueroult, *Descartes segundo a Ordem das Razões*, que explicita de forma mais profícua a construção desse pensamento.

²⁰ Gilson, Étienne. *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien*. 3a edição. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1967. p. 09 (grifos nossos)

Flèche, la lecture de S.Thomas et la fréquentation des néo-platoniciens peuvent y avoir introduit.

Esse movimento, portanto, de imbricação da filosofia medieval na filosofia moderna, marca a evidência da filosofia medieval perante aos sistemas de pensamento posteriores. A ciência moderna, como disse, alimentara-se diretamente dos predicados fundamentais explicitados na obra de São Tomás de Aquino, João Duns Escoto, Roberto Grosseteste, Alberto Magno, às tantas. E acredito que, por isso, devemos alocar uma especial atenção às linhas compositoras desse sistema de pensamento, uma vez que a sua compreensão é de suma importância à compreensão retórica e formativa de elementos do pensamento econômico, como é o caso do nosso objeto, o homem econômico.

Precedente a qualquer exposição sistemática do pensamento filosófico medieval, é necessário que primeiro entendamos um pouco do contexto no qual essa filosofia floresceu. Timbrados pela disrupção de um império central - o império romano do ocidente -, os tipos sociais que orbitavam o medievo viam-se numa dissolução imprescindível, com baixíssima unidade de valores, culturas e ambientes. Assim, em cada uma das diferentes extensões territoriais que compunham a Europa central, como a Gália (atual França), a Germânia (atual Alemanha), a Itália, *et cetera*, tínhamos instituições diferentes, com pessoas diferentes, incentivos diferentes e sistemas econômicos diferentes. Não existia, como nos apontam os livros secundários de história, uma unidade econômica formativa e aglutinadora chamada "feudalismo". Sim, o feudalismo existia, mas era um sistema particular e heterogêneo, cujo modelo é propriamente francês. No entanto, o que de fato havia era um sistema heterogêneo, plural, de intrincada interlocução e compreensão. A sociedade medieval era, portanto, uma sociedade atomizada, fenômeno, como aponta Montesquieu, *sui generis* na história do ocidente.

Porém, apesar de heterogêneo, o feudalismo europeu possuía algumas unidades convergentes que o compunham. Claro, não podemos comparar o sistema feudal inglês, de forma univocante, com o francês, principalmente nas questões sociais e definidoras de uma diretriz econômica. Porém, podemos observar, sem perda de validade, determinadas qualidades gerais que, em diferentes tempos, afloraram de distintos modos nas ímpares formalidades feudais. A sociedade feudal era uma sociedade afixada por natureza, estamental por princípio. Assim sendo, não era desejável que alguém que nascesse *nobilis* transmigrasse à condição de *servus*, ou vice versa. Muito pelo contrário, era um celeuma indubitável

aqueles que mudavam sua classe social ao longo da vida, não logrando sucesso, tampouco longevidade. Além disso, tinha-se uma divisão de trabalho muito explícita, onde os servos trabalhavam em braçais tarefas cotidianas, os nobres amontoavam as guerras e os clérigos compunham a força intelectual. Sobre isso, Marc Bloch²¹ comenta:

Esta carência de instrução, na vida secular, explica o papel desempenhado pelos clérigos, como intérpretes do pensamento dos grandes e também como depositários das tradições políticas. Os príncipes eram obrigados a ir buscar a esta categoria de servidores aquilo que os restantes que os rodeavam eram incapazes de lhes proporcionar.

É muito importante, a nós, portanto, notar que esse contexto era muito repulsivo às ideias econômicas modernas. A ideia do empreendedor, aquele que efetua a "destruição criativa", capaz de suscitar desenvolvimento econômico, ou do homem maximizador de lucros, que procura otimizar sua riqueza aos níveis mais elevados possíveis, são impossíveis de execução e desejo nessa sociedade. Uma vez que a sociedade é fechada, e as tarefas são explicitamente divididas, não há racional econômico que suplante um desejo por um "consumo conspícuo", capaz de suscitar prazer e desejo nas variadas classes sociais. No revés, o que de fato ocorre é a existência do contrário. Os homens não possuem interesse no enriquecimento, uma vez que ele é errado, em sua psique e no circuito social. É a certidão de batismo que promove o algoritmo da vida econômica do homem, não a sua racionalidade. E não possuem, também, o interesse de variar as suas tarefas, uma vez que estão perdendo, de acordo com a *una sancta ecclesia*, tempo para se dedicarem à salvação. O homem medieval é, portanto, se não um senhor da guerra, um senhor do campo e, se não os dois, é um intelectual do clero, aquele que dirige a cognoscibilidade das teorias. Qualquer mobilidade é tratada, nesse ambiente, como imprecação.

Aliado a isso temos, também, a formação de uma cristandade ocidental pluripotente, cuja influência estrapolava a instância da crença e de um singelo sistema de valores, e atingia, primordialmente, o ambiente social e político do homem medieval. Assim, o homem medieval, da antiguidade tardia - ou "medievalidade primitiva" - à tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos em 1453, era um homem essencialmente cristão, cuja matriz de escolhas, de atitude, de *drive*, era direcionada totalmente aos ensinamentos da Igreja, instituição política, religiosa e social, que compunha um totem nesse período. Sobre essa

²¹ Bloch, Marc. *Sociedade feudal*. Tradução de Emanuel Lourenço Goudinho. Lisboa: Edições 70, 1982. p.107.

questão da influência insigne de um *corpus christi* místico e pluripotente, observa-se também que a filosofia era direcionada à teologia. Por mais que houvesse esforços metafísicos em definir as vicissitudes do *esse*, ou esforços políticos para definir qual seria a forma ideal de governo, o corpo de Cristo era a unidade epistêmica fundamental desse período. A forma *ad hoc* de todos os pressupostos e predicados fundamentais das ciências desenvolvidas nesse período envolvia, seja de forma introdutória ou auxiliar - como podemos observar em obras como o *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio*, de São Tomás de Aquino, ou os *Comentários à metafísica de Aristóteles (Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis)*, de João Duns Escoto, que observaram de forma sistemática e paradigmática a constituição de verdades filosóficas e conclusões metafísicas (desarticuladas do campo da teologia) dentro do sistema aristotélico - ou de forma explícita, como podemos observar nas obras de São Boaventura, a existência de uma centralidade do divino. O Deus e os Angélicos, os Transcendentes, o Uno, etc., todos envolviam, no encerramento das discussões, um conjunto apologético e católico de composição epistêmica. Não havia como fugir desse processo, afinal, era uma discursividade e uma retórica de um contexto marcado pela cristandade e pelo advento de figuras heróicas, como os santos e as ordens do clero.

Por conseguinte, o pensamento econômico desse período se via atrelado a esses dois enlevados fatores: a uma formação econômica rudimentar, baseada em um sistema servil, e fortemente estamental, que fazia com que os homens possuem pouco ou nenhum interesse em acumular riquezas, uma vez que a saída da posição social, como veremos adiante, era um fator que configurava anátema; e a um sistema cultural, social e político altamente monacal, no qual os indivíduos tinham como paradigma de vida o conhecimento transmitido pela Igreja, e tudo aquilo que estava fora dela ou era duramente condenado pela espada do inquisidor ou intensamente vivido num processo de suplício psíquico, proveniente da culpa pecaminosa. É nesse contexto que indicamos, portanto, nosso autor-síntese, o tipo-ideal que carrega, em sua cadeia de epistêmica, o núcleo do pensamento econômico do medievo. Tratem, então, do pensamento econômico inerente na obra de São Tomás de Aquino, elemento síntese da sistemática de pensamento medieval. As motivações que envolveram essa seleção serão vistas, de pronto, na decorrente sessão deste texto.

3.2. Por que São Tomás de Aquino?

Joseph Schumpeter, em sua canônica *História da análise econômica* (1954), obra póstuma, compilada e redescoberta por sua filha, protela a existência de uma grande fenda,

um *great gap*, entre o pensamento econômico da antiguidade e o pensamento econômico do medievo. Para ele, não há uma continuidade historicamente estabelecida entre o pensamento econômico dos antigos, que vertiam, como vimos, a economia à filosofia do *ethos*, porém há uma descontinuidade histórica, de responsabilidade do império romano oriental e dos reinos germânicos póstumos à reunificação do império carolíngio, no tocante ao pensamento econômico por um todo. Por mais que se pudesse pensar em diversos problemas econômicos, quanto a tópicos de leis, de moeda, de tributação, *et cetera*, não se tinha, pelo menos não documentado, uma sistematização dos fundamentos que envolviam e que deveriam dirigir esses tópicos. Muito pelo contrário, era a ordem prática e a observância estatal que guiavam a condução de determinadas políticas econômicas. Assim, o que o autor observa é a existência de uma grande fenda a **nível de episteme, de formação de uma discursividade**, entre o pensamento da antiguidade clássica-helenística-romana (séculos V a.C ao III d.C) , donde se pensava, como já vimos em nosso deslocamento prévio, sistematicamente em problemas econômicos, e o da baixa idade média (séculos XI ao XV d.c), donde se retomou tal sistematicidade. Fenda essa que atribuímos à culturalidade do Império Romano do Oriente e dos reinos germânicos plurais do Ocidente:

The Eastern empire survived the Western for another thousand years, kept going by the most interesting and most successful bureaucracy the world has ever seen. Many of the men who shaped policies in the offices of the Byzantine emperors were of the intellectual cream of their times. They dealt with a host of legal, monetary, commercial, agrarian, and fiscal problems. We cannot help feeling that they must have philosophized about them. If they did, however, the results have been lost. No piece of reasoning that would have to be mentioned here has been preserved. [...] In the Germanic states of the West, similar problems arose even before the time of Charlemagne, and we know fairly well from literary sources as well as from documents how they dealt with them²².

Como é passível de observação, pode-se notar que não se trata de uma aporia do pensamento econômico no sentido da ausência de uma discursividade. Muito pelo contrário, trata-se de uma ausência documental que corrobora a ideia do contrário. É evidente que essa é uma visão fatalista, que, doravante à sua construção, já foi minada pela atual crítica. No entanto, por

²² Schumpeter, Joseph. *History of Economic Analysis*. Abingdon: Routledge, 1981. p. 70, grifos nossos.

motivos de escopo, assim como pela relevância deste parecer schumpeteriano, levaremos ela adiante e trataremos, assim como o austríaco o fez, São Tomás de Aquino como um importante e singular artefato representativo à compreensão do pensamento econômico do medievo, cito-o:

So far as our subject is concerned we may safely leap over 500 years to the epoch of St. Thomas Aquinas (1225-74), whose *Summa Theologica* is in the history of thought what the south-western spire of the Cathedral of Chartres is in the history of architecture²³.

Nimbado de uma glória ululante, São Tomás de Aquino é a epítome não só do pensamento econômico de uma era, no sentido indireto do termo, uma vez que, como em Platão, não houve em ponto algum de sua obra uma sistematização propriamente eivada à dissertação de assuntos econômicos; como também é o elemento síntese de um sistema de pensamento que legou à humanidade o cedro da ciência: o tomismo.

É digno de nota explicitar que o autor não deseja, de modo algum, indicar que a filosofia tomista seja um bastião da ciência ocidental, muito menos da Economia, enquanto um modal científico. Como bem explicitam Beuchot e Santos, a ciência tomista é deficiente em termos materiais, no sentido de um método indutivo, que permite a construção de teses baseadas em evidências e tendências materiais bem determinadas. No entanto, ela é suficiente no sentido de uma lógica explicativa do mundo. Por mais que a metodologia econômica contemporânea, alinhada às ideias de uma "virada aplicada", donde os predicados são sujeitados pelo método e este sujeitado pela realidade empírica, denote que uma metodologia puramente dedutiva, em termos de lógica modelar, seja um absurdo epistêmico, mais pertencente ao campo das retóricas do que das explicações válidas, acredito que o estudo mais aprofundado do Homem Econômico tomista seja um itinerário fundamental para a compreensão das retóricas que envolveram a formação do seu saber. Assevero, não obstante, que, nesse empreendimento analítico, minha pretensão é aquela de realizar uma arqueologia do saber econômico, no nível do seu sujeito primário, do Homem Econômico. Assim, é fundamental, para que essa missão seja cumprida, compreendermos a sua formação dentro do ambiente epistemológico-metafísico-ontológico da filosofia tomista, de tal modo que logremos demonstrar, por um tipo-representativo, a introjeção do Homem Econômico no ensejo medieval. Iremos, portanto, à sua *expositio*.

²³ *idem ibid.*

3.3. *"Lex divina et lex naturalis": A lei divina, o fundamento do homem econômico.*

O fundamento do escolástico medieval repousa, propriamente, numa dupla relação com os variados campos do saber. Por um lado, vê-se a reunião entre a razão natural e a definição de uma inteligência natural, puramente operativa, pautada no desenvolvimento de ciências como as ciências naturais, sociais e a matemática. Por outro, vê-se a invocação da Teologia, ou ciência divina, ciência do ente comum, que articula a Verdade da revelação divina com a manifestação e o estabelecimento de um campo do saber. Assim sendo, o pensamento "sociológico", ou melhor, "socialmente explicativo", da filosofia tomista não pertence, propriamente, ao ambiente da Teologia, porém, ao das ciências do intelecto. Ciências essas que, dissimilares à ciência iluminista, alta e valorosamente especificada, com diversos ramalhetes de segmentação e especialização, se intrincavam em uma única modalidade científica, a qual podemos denominar de *philosophicae disciplinae*.

Nesse sentido, as predicções econômicas extraídas desse *locus* se amparam em um contexto epistemológico maior que envolve, além das questões econômicas, diversas questões de ordem social, filosófica e política. Dessa maneira, temos, então, um pensamento sobre as questões econômicas, do mesmo modo que na orbe platônica, desarticulado de uma cadeia conceitual unilateral. Pelo contrário, a polimatia (conhecimento amplificado de várias linhas do conhecimento) faz-se um importante recurso a essa ordem de pensamento.

A construção do homem econômico tomista repousa em um duplo segmento de caracterização: por um lado, tal arquétipo de transfigura em um homem avesso à usura, que, por creditar a ela uma natureza furtiva, incompatível com a cidadania na Cidade de Deus, busca sempre evitá-la ao máximo (o valor do dinheiro é único e firme, sem a possibilidade de uma apropriação prévia por seu empréstimo) ; por outro, ele se transfigura em um homem avesso às pressões monopolizadoras, que envolvem a "tentação" de maximizar os lucros e os seus respectivos benefícios. É importante notar o fato que esse era um pensamento comum dentro de todo ambiente social do medievo, como bem explicitou Bonnar:

Hard bargaining and monopolizing are wrong - 'turpe lucrum sequitur qui minus emit ut plus vendat' . Still more wicked is usury, which is defined as 'getting more than one has given; 'qui plus quam dederit accipit, usuras expetit'²⁴.

²⁴ Bonnar, 1992, p.53

Além desses dois elementos, é também importante pontuar que o homem econômico tomista preza por um sistema, do mesmo modo que no pensamento econômico de Platão e Aristóteles, de precificação justa. Essa, que nada mais do que um reflexo direto da utilidade²⁵ auferida pela compra de um bem, especifica que o sistema de preços cobrados dentro de um ambiente de mercado deve ser baseado na utilidade do bem relativa ao seu usuário, e não em critérios maximizadores de lucro, ou tampouco, de bem-estar geral na órbita do produtor. Segue-se, portanto, uma melhor especificação de cada uma dessas características.

Primeiramente, anterior à questão da usura, é indispensável pontuar o protagonismo angular no pensamento econômico tomista da elaboração de um pensamento focado em incentivar um *contactum minimum* com o pecado, inerente dentro do corpo eclesiástico e escriturístico da cristandade emergente, e um *contacto maximus* com o "excelso", com o mundo ideal dos apóstolos. Dessa maneira, a temática da Suma Teológica, *magnum opus* do nosso pensador, é timbrada por essa dualidade, por essa peleja, entre aquilo que seria o comportamento pecaminoso, avesso à inteligência e à ordem social da igreja, e aquilo que seria o pensamento ideal, de máxima inteligibilidade, conhecimento e, tão de repente, de máxima veracidade. O homem econômico tomista, opera, por conseguinte, sobre essa razão de escolhas: é preferível não pecar, de modo a otimizar sua situação em um ambiente trans-telúrico, edênico, do que maximizar seus usufrutos passionais, carnis, como seus influxos monetários e seus prazeres mundanos, que nada o legariam senão os sulfurosos e incendiados castigos infrenes de Hades.

A usura, na Suma Teológica, reputa, tão logo, a condição decaída da impiedade. Usufruto adicional de uma benesse antes obtida a um determinado valor, a usura, na economia de razões tomista, torna-se uma falta pujante perante ao *Dominus Universi*. Ela é uma falta por se "vender aquilo que não se tem", de maneira a se constituir como uma trapaça, e é uma falta, também, por não representar a verdadeira utilidade do dinheiro que, segundo a filosofia aristotélica, é aquela de "moeda de trocas". Dessa maneira, imaginemos, nos apropriando do mesmo exemplo do filósofo italiano, que alguém cobre um preço pelo "uso do dinheiro" na compra de um vinho. Quando determinado sujeito compra um vinho e toma emprestado determinado montante monetário necessário à consecução da compra, e o seu credor cobra desse empréstimo a sua totalidade (isto é, na linguagem financeira moderna, uma taxa de juros de uma centena de pontos percentuais), este credor está efetuando uma

²⁵Diferente do sentido benthaniano/utilitarista do termo, que especifica que a utilidade é a forma maximal do bem estar, trata-se, aqui, de uma utilidade no sentido ferramental do termo; isto é, no sentido de algo que é utilizado confinado à realização de um determinado fim.

injustiça, uma vez que o dinheiro, moeda de troca para bens - para que se utilize um determinado bem - torna-se um instrumento *per se*, que, por sinal, não representa a quantia que reflete o verdadeiro valor do vinho. Assim, ganha-se pelo uso do dinheiro, o que é injusto, uma vez que o uso do dinheiro não representa, explícita, o valor intrínseco de uso de determinado bem, o que é, justamente, a sua função primordial. Com isso, pode-se dizer que:

Receber usura pelo dinheiro mutuado é, em si mesmo, injusto, porque se vende o que não se tem; donde nasce manifestamente uma desigualdade contrária à justiça [...] **o dinheiro foi principalmente inventado, segundo o Filósofo para se fazerem as trocas; por onde, o uso próprio e principal dele é ser consumido ou gasto, por ser despendido nas trocas.** E por isso é, em si mesmo, ilícito receber um preço pelo uso do dinheiro mutuado, o que se chama usura. E, como tudo o que foi recebido injustamente, está obrigado a restituir o dinheiro quem o recebeu como usura²⁶.

O que configura, por conseguinte, o homem econômico tomista como um indivíduo avesso à usura, que não busca atingir resultados adicionais por meio da condição de promotor de crédito; uma vez que isso é anátema, pensamento totalmente contrário à totalidade da racionalidade social (e econômica) do homem medieval.

No tocante à segunda característica do *homo economicus* tomista, temos que ele é um homem comunal, em termos econômicos, e não um individualista detido à maximização de benefícios particulares e atinado às inclinações monopolistas. É importante notar que o vocábulo "monopolista", aqui, se resume a um indivíduo que possui um determinado bem e que possui o potencial de decisão sobre a sua precificação. Me apropriei dessa terminologia, pois, diferente dos cronogramas mercadológicos globalizados, em que o mercado é algo pulverizado e de fácil acesso às populações, o mercado medieval era altamente concentrado e unitário, pouco dissolvido em diversos agentes diferentes que compunham um determinado esquema de mercado. Para São Tomás (apud. Aristóteles) existiam, portanto, duas estirpes de negociantes. A primeira delas, aquela que é denominada, por ele, "louvável", são os comerciantes que trocam objetos comuns por outros objetos comuns ou, alternativamente, que trocam objetos comuns por dinheiro, de modo a suplantarem uma instância "necessária" à vida (objetos por objetos necessários, e dinheiro por objetos necessários). No revés, tem-se o outro espectro, que é constituído por aqueles comerciantes que trocam "dinheiro por

²⁶ Tomás de Aquino. *Summa Theologica*, q.78, a.1 (corpo da resposta).

dinheiro", de modo a lucrar com a usura, ou que trocam "dinheiro por bens comuns não necessários à vida", também vertidos ao lucro com a sua transação. Os quais, diferente dos primeiros, são condenáveis perante à *lex divina*. O critério de "condenabilidade" pelo qual se julga os dois tipos de comerciantes, se dá perante ao objetivo da negociação. No primeiro caso, a negociação é realizada como um elo necessário à satisfação das necessidades naturais do homem, afinal, existem alguns homem que possuem objetos que os outros não possuem, porém necessitam. Dessa maneira, ela é objetivada à suplantação de necessidades naturais e, portanto, é algo indispensável ao bem-estar dos homens, não vicejando, assim, ser algo de vicioso ou corruptível à retidão do homem remido. É importante notar que nesse pioneiro modal de negociação, pode-se buscar o lucro desde que ele seja moderado e cerrado a causas "honestas", como a caridade, o cuidado do lar, às tantas. Por outro lado, temos, agora, o segundo caso. Nele, a negociação é efetuada visando a obtenção infinita de lucros, o que não é compatível com a economia da moderação aristotélica, própria do homem prudente. Assim sendo, torna-se ilícito, na perspectiva tomista, executar qualquer tipo de negociação confinada à repetição infinita de lucros, sendo ela dispensável e indesejada pelo sujeito "ideal".

É próprio dos negociantes praticar a troca das coisas. Mas como diz o Filósofo há duas espécies de troca. Uma, como que natural e necessária, pela qual se troca uma coisa por outra; ou uma coisa por dinheiro, conforme às necessidades da vida. Outra espécie de troca é a de dinheiro por dinheiro ou de quaisquer coisas por dinheiro, não pelas necessidades da vida, mas para auferir lucro [...] Ora, segundo o Filósofo, a primeira espécie de troca é louvável porque vem satisfazer a uma necessidade natural. A segunda porém é justamente condenada por que, pela sua natureza, serve à cobiça do lucro, que não conhece limite e tende ao infinito²⁷.

Complementar à sua natureza contrária a usura, podemos dizer que o homem econômico tomista é aquele que busca satisfazer as suas necessidades por meio do comércio e não busca, nele, o enriquecimento escalável, crescente e não saciado. Novamente, essa é uma característica compatível com a discursividade do medievo. Uma discursividade marcada por uma religiosidade casta e por uma busca contínua por uma introjeção no reino de Deus.

Finalmente, no tocante à questão do preço justo, temos nele a síntese dos principais elementos característicos do homem econômico tomista. O preço justo é definido pelo valor

²⁷ idem, q. 77, a.4.

que um determinado objeto possui ao seu comprador, e reflete a usabilidade que um determinado bem apresenta àqueles que o detém. Assim, o preço justo é aquele que concatena, de forma mais conciliar, a usabilidade do bem com a sua potencialidade comercial. Bens que são de uso mais durável, por serem mais duráveis, ou por apresentarem uma utilidade mais recorrente, são bens mais caros; e bens de uso menos recorrente, ou menos úteis, são bens mais baratos. O preço justo, como bem explicitou Tomás, é um signo que representa o grau de justiça efetuado no ambiente das trocas econômicas:

Ora, a quantidade das coisas que servem ao uso do homem mede-se pelo preço dado; para o que se inventou a moeda como diz Aristóteles. **Portanto, se o preço exceder a quantidade do valor da coisa ou se, inversamente, a coisa exceder o preço, desaparece a igualdade da justiça.** Por onde, vender mais caro ou comprar mais barato do que a coisa vale é em si mesmo injusto e ilícito²⁸.

O que, dessa maneira, o torna uma variável de fundamental definição e importância ao homem econômico tomista; uma vez que, para ele, a justiça é um elo indispensável de emulação com o Homem-Deus, que, ao ser escolástico, era o equânime da perfeição e da justiça divina, perfeitamente expressável.

Em síntese, pudemos observar que o homem econômico tomista é triplamente qualificado. Pela busca ontologicamente determinada pela Verdade da revelação Cristológica, é um homem que opera maximizando a justiça e minimizando usufrutos carnis obtidos pela atividade econômica ordinal. Assim, é um homem contrário à usura, que negocia para a satisfação das suas necessidades naturais e, por fim, que busca operar de acordo com um preço justo, reflexivo da usabilidade do objeto e da justiça na execução das negociações.

²⁸ *idem*, q.1

4. Adam Smith: a formatividade das relações sentimentais e a sua relação com a *Riqueza das Nações* (1776).

4.1. Da natureza mutatória do cânon smithiano: um panorama evolucionário.

Que Adam Smith seja um marco na história do pensamento econômico todos sabemos. Ideias gerais como "livre-mercado", "equilíbrio", "divisão do trabalho", e até mesmo ideias (ditas) walrasianas como "retornos decrescentes de escala", "produtividade marginal dos fatores de produção", etc., que fundam os cursos de Economia como hoje os conhecemos, foram elaboradas ao longo da sua obra mais canônica, ao largo passo da sua *Investigação sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações* (1776). No entanto, muito pouco se adere a ele, assim como aos dois autores supra-explicados, alguma notoriedade na construção de um tipo-econômico. Na construção de um sujeito capaz de executar decisões econômicas, baseadas em um determinado esquema ambiental de escassez que envolve uma determinada seleta arbitrária de possibilidades. Porém, quando melhor analisamos a totalidade do seu cânon, observamos que essa figura, de fato, aparece. O homem econômico adamita é uma retórica aparente. É aparente tanto na sua obra de cunho especialmente filosófico-moral, como na *Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), tanto naquela confinada a uma explanação do mundo jurídico e das suas decorrentes vicissitudes, como nas *Palestras sobre a jurisprudência* (1763), e tanto naquela destinada mais especificamente à problemática econômica, arqui-conhecida, na recém citada *Investigação sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações* (1776). Ou seja, é uma figura que, como veremos, apesar de multifacetada, é frequentemente abordada pelo inglês.

Minha moção, aqui, não é aquela de entrar numa resvaladiça análise smithiana, numa análise confinada a explicitar todas as diferentes (e possíveis) facetas do tipo-econômico explicitado em suas obras. Acredito que isso nem seja possível em um trabalho desse escopo, uma vez que a sua obra é de tamanha riqueza, que até a concorrência dos nossos fatos ainda se discute, nas diversas cadeiras universitárias, amplamente suas diversas pareências. Quero propor, portanto, uma abordagem transversal, do mesmo modo que Nara Rela a fez em seu artigo *Adam Smith's homo oeconomicus* (2021)²⁹. Para isso, segmentaremos esse capítulo em três partições ulteriores a essa. A primeira delas, será aquela responsável por explicitar a faceta "racional", talvez a mais multiplamente conhecida, do homem econômico adamita.

²⁹ Rela, Nara. *Adam Smith's homo oeconomicus*. Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia, v. 44, n. 3, p. 109–142, Jul/Set, 2021.

Nela, focaremos, mais veementemente, nos escritos d'*A riqueza das nações*. Seguidamente, iremos à segunda, donde se explicita, mais favoravelmente, o elo moral do homem econômico smithiano. Nela, foca-se, de forma mais verrumante, nos escritos da *Teoria dos sentimentos morais* e das *Palestras*. Por fim, temos a terceira parte, que visa explicitar o núcleo emocional desse *homo*. Nela, focaremos, mais atinadamente, também nos textos da *Teoria* e das *Palestras*. Porém, anterior ao segmento dessa prognose, acredito ser de fundamental importância expor, brevemente, o tema teórico-expositivo de cada uma das obras, de modo a contextualizar o leitor às discussões posteriores.

Começemos, portanto, com *A Teoria dos sentimentos morais*, a pioneira obra de grande envergadura de Adam Smith. Confinado a iluminar os caminhos da teoria moral e da ética, os quais eram veredas já previamente entreabertas e entrecruzadas desde a antiguidade, o Sr. Smith, do alto do paráclito de uma teoria, tão amplamente difusa e tão amplamente discutida na história da filosofia, inicia sua trajetória verdadeiramente intelectual. É na cadeira de lógica e filosofia da universidade de Glasgow que se sagra como professor docente notável, e são nas linhas da *Teoria* que ele inicia um processo de sagração que não se encerra na história³⁰.

A Teoria dos Sentimentos Morais é uma obra, dado o cotejo em que foi escrita, totalmente eivada a se debruçar sobre questões éticas e morais, ontológicas, e sociais. Sendo assim, ainda, não existe uma teoria econômica, nela, explícita. De forma pré-figurada, porém, podemos ver que diversas das suas conclusões fundamentais, ora foram utilizadas para construir argumentos n'*A Riqueza das Nações*, ora foram instrumentalizadas ao desenvolvimento de conclusões econômicas prévias, fundamentais na história do pensamento econômico. A maior parte dessa escala de conclusões é parametrizada pela teoria moral que visa ser desenvolvida no decorrer da obra.

O leitor atento já observaria, de antemão, que o núcleo semântico da *Teoria dos sentimentos morais* repousa não somente na moral *per se*, como também no lastro senciente dos homens, que, ao apreenderem diversos estímulos externos, sentem, nas mais variadas expressões, uma plethora de diferentes sentimentos. Esses sentimentos, quando pareados com a membrana moral que envolve a sua sociabilidade, constituem uma determinada carga moral, desejável ou não, positiva ou negativa. Essa carga moral, e como agir perante a ela, é o

³⁰ A Universidade de Glasgow foi uma etapa fulcral da biografia intelectual do nosso autor. Noviço professor de lógica, com uma didática diferente e singular, que encantava os alunos no interlúdio das suas explicações, Smith ganhou notoriedade e renome dentro do ambiente acadêmico em que estava presente. Cerca de um ano após sua tomada de posse na cadeira de lógica dessa universidade, Smith encadeiou-se na cátedra de Filosofia moral, donde pôde preparar terreno, juntamente com o cabedal de alunos e ouvintes que o seguiam e acompanhavam, para amontar a *Teoria* e, doravante, suas demais obras, como *A riqueza das nações*.

tópico fundamental abordado na *Teoria dos Sentimentos Morais*. Sendo assim, do mesmo modo que nos demais manuais de ética em que se propõe uma ilibada transmissão de material moral aliado à condução da ação humana - afinal, a moral, nesses manuais, em conjuntos com os preladados éticos, compõem um determinado paradigma de ação que busca conduzir o homem a um "ambiente mais evoluído", no qual ele não consegue alcançar estritamente pelo viver arbitrário - Adam Smith procura explicitar em sua *Teoria* qual é o *princípio* que envolve a escolha moral e *o que torna determinada ação desejável*, em primazia a outras possíveis. Em síntese, portanto, o centróide analítico pelo qual se pauta a *Teoria dos sentimentos morais*, seguindo os demais tratados de ética similares, é consistido na busca pelo princípio moral que acarreta nas ações e inclinações dos homens, assim como na determinação, qualitativa, de determinadas *leis* (ou paradigmas) que são presentes em todas as ações virtuosas - aquelas desejosas - do ambiente moral.

O objeto primeiro pelo qual disserta a Moral - tornada imagem pela *Teoria* - smithiana são os homens e a sua relação com o universo do outro. A alteridade das relações pessoais é um elemento indeclinável da teoria de Smith. É sobre o Outro que refulgem as principais elaborações da moral e é sobre esse que determina-se as atitudes particulares. Dessa maneira, a finalidade primeira da investigação da *Teoria* é aquela de nos dar um direcionamento para o julgamento da conduta do outro e, por meio desse julgamento, nos dar um julgamento para nossa conduta. A elaboração dos nossos juízos morais repousa nesse leito. Primeiramente, julgamos a ação do agente, quanto à sua "correteza" ou "erraticidade", e, secundamente, julgamos quanto ao seu mérito, dizendo se foi meritória ou não. Assim, ao Sr. Smith, tem-se duas camadas de formação dos nossos juízos morais: a escala consequencial, no nível das consequências geradas pela ação do agente (sabemos se uma ação foi correta ou não pelas consequências por elas geradas), e a escala acional, no nível da motivação, nela mesma, da ação do agente (se a consequência gerada foi meritória, gerada propositalmente pelo agente moral, ou se a consequência gerada foi não meritória, gerada acidentalmente pelo agente moral). O juízo moral final, executado pelo intelecto humano, é aquele formado por uma síntese dessas duas conversantes escalas. Tal discussão se incorpora pelo desígnio de "Conveniência da ação", abrangendo a temática da primeira partição da *Teoria*.

Para melhor sintetizar a formação dos juízos morais pelos agentes sociais, acredito que a melhor síntese repouse no próprio desígnio do nosso autor:

Quando aprovamos algum caráter ou ação, os sentimentos que experimentamos derivam de quatro

fontes, em alguns aspectos diferentes entre si. Primeiro, simpatizamos com os motivos do agente; segundo, participamos da gratidão dos que recebem o benefício de suas ações; terceiro, observamos que sua conduta obedeceu às regras gerais por meio das quais essas duas simpatias geralmente agem; e, por último, se consideramos tais ações como parte de um sistema de conduta que tende a promover a felicidade do indivíduo, ou da sociedade, então dessa utilidade poderá resultar certa beleza, não muito distinta da que atribuímos a qualquer máquina bem engendrada³¹.

Dessa maneira, temos, então, quatro distintas etapas de formação dos juízos morais. A primeira delas é aquela que envolve um princípio natural de solidariedade³², ou simpatia, em que um determinado indivíduo se desloca à posição do outro, de tal maneira a julgar a consequência da sua ação no outro, pela perspectiva deste. Essa imaginária transmutação de consciência é, para Smith, o combustível motor moral, aquilo que nos leva, inicialmente, à vida moral. A segunda advém da agradabilidade mútua advinda da solidariedade. O agir solidário, ou simpático, apraz ambos os lados da relação. Se por um lado apraz o agradado, pelo esforço do outro em vos agradar, por outro apraz o agradante, uma vez que lhe lega um sentimento de "leveza de consciência". É pela limpa consciência que o ator da ação moral positiva colhe os frutos benéficos dessa ação. A terceira designa que toda a ação moral é regida pela obediência de determinadas regras deontológicas, as quais são definidas pela obediência a duas estirpes de virtudes: as virtudes "gentis" e "amáveis", como a "condescendência franca" e a "humildade indulgente", que, muito resumidamente, é sentir-se feliz pelo gáudio do outro; e as virtudes "graves" e "respeitáveis", como a "abnegação" e o "autocontrole", as quais, muito resumidamente, são similares à *φρόνησις*³³ aristotélica. É por meio desses princípios que um homem deve guiar sua ação. E o juiz que opera o julgamento e atesta a presença dessas virtudes na ação moral, é aquilo que Smith denomina como "juiz

³¹ Smith, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.496.

³² Observe, aqui, o termo "natural". É inato em nós, seres humanos, para Smith, que tenhamos esse princípio de deslocamento relativo a algumas ações. Quando observamos, por exemplo, alguém performando em uma corda bamba, e este se vê próximo de uma fatal queda, nos contorcemos, sofremos, nos colocamos em sua posição. Essa inclinação natural é aquilo que Smith designa, enquanto uma faculdade natural herdada pela Providência, de Simpatia ou, alternativamente, Solidariedade.

³³ Fronêse, sinônimo grego para "sabedoria prática", ou melhor, para "prudência", é um elemento muito similar à questão da moderação platônica previamente discutida. O homem sábio, ou prudente, para Aristóteles, é aquele que opera segundo uma regra compatível com a "mediania relativa a sua ação". Assim, ele opera, confinado ao atingimento da condição de felicidade, de forma "equilibrada", buscando o termo médio relativo ao contexto que envolve a sua decisão e a sua ação.

interno" ou "espectador imparcial". Esse juiz é o elemento interno responsável, no jugo particular, por observar se determinada conduta é compatível com as virtudes amáveis e com as virtudes graves; e, caso contrário, lega o sentimento de culpa ou de negação da moralidade, àquele que aflige as regras da virtude. Para o filósofo, portanto, seguir as branduras do espectador imparcial, seria, de forma *sui generis*, atingir o enlevo da atitude moral. Adiante aplicaremos esse conceito de forma mais profunda, uma vez que ele é necessário para a boa compreensão das dimensões emotiva e moral do homem econômico adamita. Por fim, a última etapa de formação do juízo moral é a subsunção dos seus efeitos particulares à sociedade, de tal maneira que a utilidade, a felicidade, de se executar a boa ação moral legue a ela, à sociedade, uma beleza de funcionamento similar à de uma máquina pré-programada, cujos frutos são sistêmicos, benéficos e infalíveis.

Acredito que essa exposição sobre *A Teoria* seja suficiente para que possamos seguir adiante em nossas explicações específicas sobre o homem econômico smithiano. Podemos, agora, do mesmo modo que na obra anterior, expor a unidade temática fundamental das *Palestras sobre a jurisprudência* (1762), outra patente obra que será de nosso uso para a operação sobre o nosso objeto. Nas *Palestras*, obra que compila algumas das principais aulas ministradas entre os anos de 1762-63, na universidade de Glasgow, por Smith, tem-se uma ampla discussão que se serve de preâmbulo às principais conclusões d'*A riqueza das nações*. Assim, noções institucionais da Inglaterra do século XVIII, como parâmetros legais, aspectos sociais, regras e princípios morais, fundamentos monetários, recursos à defesa da propriedade, escravidão, às tantas, são observados nessa obra. Por ser uma obra de transição, de um Smith moral-legal, para um Smith econômico-político, temos, nela, o pórtico de um novo momento no cânone Smithiano. É uma obra de transição, pontificante, entre dois momentos distintos do pensamento adamita. Pela natureza viária dessa obra, no sentido de ser uma via que intercorre dois momentos chave à construção do pensamento do nosso autor, aponto que demais aprofundamentos pontuais devam ser explicitados ao longo das elaborações propícias à evidenciação do homem econômico smithiano.

Uma evolvente fração do alunado dos cursos de Economia conhece Adam Smith por um título festivo: "autor de *A riqueza das nações*". Sem dúvida alguma, a obra mais amplamente reconhecida de Smith, a mais duramente criticada, a mais duramente elogiada, a mais amplamente difundida discutida e discernida, são as suas *Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776). É nela que temos as principais elaborações smithianas sobre a "divisão ótima do trabalho", "preços (pela relação entre o preço natural e o preço de mercado)", aspectos legislativos, institucionais, sobre a natureza do livre mercado,

etc. Sendo assim, é uma obra de exposição fundamental para qualquer leitor que queira se aprofundar no estudo dos principais objetos da ciência econômica, principalmente em seu objeto mais fundamental, sua episteme *prima*, o homem econômico, aquele tipo-antropológico decisório.

O principal objetivo especulativo d'*A riqueza das nações* é aquele de demonstrar como o curso da natureza, enquanto uma entidade própria e iluminada, propícia às eficazes inclinações dos homens, envolve a causa da riqueza das nações. Os princípios do espírito humano, assim como determinadas inclinações naturais, legam as nações a um píncaro, predestinado, fim: à riqueza. Portanto, é por meio do seu conhecimento, do conhecimento das leis que regem a razão natural dos homens, que se pode construir uma nação rica e propensa à evolução. É importante notar que essa visão é uma revolução paradigmática. Não é por meio da ascese, do controle, e da não elaboração das paixões, que guiam a política e o desenvolvimento das nações, que se atinge a riqueza das nações, como diriam os romanos e os prévios cientistas políticos³⁴. Muito pelo contrário, na arqui-conhecida metáfora do relógio, é pela descoberta das leis naturais que envolvem as relações humanas e as distintas relações sociais, pela descoberta do funcionamento do mecanismo do relógio, que podemos construir um relógio eficiente e, portanto, capaz de medir precisamente as horas. Assim seria a ciência e os saberes. Pelo conhecimento da iluminação natural, da razão humana, poder-se-ia conhecer, também, os meios pelos quais as nações conseguem desenvolver riqueza, quais seriam as melhores instituições destinadas à maior evolução e ao maior desenvolvimento dos seres humanos. Eis o bloco de construção d'*A Riqueza das nações*.

A riqueza para Smith, assim como o bem-estar social e a boa-aventurança das instituições, é condicionada pelo egoísmo dos agentes individuais. Numa economia de mercado, isto é, naquela em que não há uma descompensação entre a atuação dos agentes e a lei natural que os rege, o sistema de preços é determinado pelo auto-interesse dos indivíduos, que, seguindo a sua lei natural, sua racionalidade, agem conforme-a e, assim, atingem resultados ótimos que geram maior bem-estar, tanto a nível individual, quanto a nível total (ou social). Tendo em vista essa natureza egoísta do agente individual, como, então, opera a sua ação dentro do mercado? Sua ação é inclinada a dois distintos fatores, organizados, de forma sistemática, na inclinação à troca e na convergência à divisão do trabalho. A inclinação à troca envolve, justamente, o cerne do egoísmo. É da **própria** necessidade que o comprador

³⁴ Em Políbio (*Histórias, IV*), por exemplo, tem-se a ideia das chamadas anaciclases, ciclos governamentais que se iniciam com uma forma pura de governo, que se corrompe à medida que a ganância e soberba dos indivíduos promulga-se à escala da política.

deseja comprar, e é da vontade do comprador querer vendê-la, uma vez que espere obter benefícios por meio da transação. Não é por meio de qualquer ato benevolente, ou por qualquer outra determinação que os indivíduos desejam trocar, mas somente pela simples guia do auto-interesse, ou melhor, do próprio instinto de aprazibilidade. É importante notar que é, sobre esse princípio, que está estaiada a ponte do livre mercado. O motor do livre mercado é o auto-interesse, e é por ele que este atinge o equilíbrio e o ponto ótimo esperado pelos agentes. Cada indivíduo opera segundo a sua melhor resposta individual. Se os preços estão muito elevados não há troca, uma vez que eles, em busca de benefícios individuais, estão dispostos a pagar uma quantia que suplante os prejuízos do próprio pagamento. Se os preços estão muito baixos, os produtores não estão dispostos a vender, uma vez que não lhes interessa receber um montante que não suplante os custos de produção direcionados à venda do produto. Conforme esse princípio, então, é pela troca que se lubrificam os principais mecanismos engendrados do livre-mercado. E é pelo auto-interesse dos agentes que eles maquinam, operam.

Quanto à divisão do trabalho, é importante observar que ela é um resultado direto do processo de trocas. Quando as trocas são justas e deliberadas, uma inclinação natural da humanidade humana, de acordo com Smith, o trabalho tende a seguir a divisão que melhor favorece a sua consecução. Isso acontece, pois ocorre uma troca entre diferentes talentos e aquisições naturais, que permite com que alguns indivíduos efetuem determinadas funções, e outros indivíduos efetuem outras, gerando, dessarte, bem-estar mútuo entre os cambiantes. Aquele que é melhor em fazer as cabeças do alfinete, o fará, e tão logo obterá o melhor resultado produtivo possível. Assim, é um caminho natural do livre mercado, uma vez que existe a natural propensão a trocas justas e deliberadas pelos seres humanos, o alcançar da produtividade pelos meios da divisão do trabalho. Como bem apontou o Sr. Smith:

Ao contrário (dos animais e demais 'irracionais'), entre os homens, os caracteres e habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral do intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades.³⁵

³⁵ Smith, Adam. *Investigações sobre a natureza e as causas da Riqueza das nações*. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril cultural, 1996. p. 76.

Ou seja, é um diferencial da natureza humana a propriedade da intercambialidade divisional de funções. Não há, no universo material do mundo, uma sequer criatura que, como nós, intercambie posições de modo a aferir benefícios. Esse é fundamento do livre-mercado e do mecanismo de mundo antevisto por Adam Smith.

Está findo, aqui, o brevíário expositivo confinado à apresentação do leitor sobre o cânone smithiano, que será discurso das partes próximas desse texto. Minha finalidade não foi aquela de escassear os argumentos da obra de Smith, e tampouco de minorar toda a complexidade de cada uma das obras citadas. As argumentações citadas, como mencionado anteriormente, foram focalizadas a expor os núcleos temáticos fundamentais que envolvem a construção da episteme, do saber, do homem econômico smithiano. Com o apresentado, acredito que possamos versar, agora, sobre as facetas do nosso objeto: o *homo economicus* de Adam Smith.

4.2. *Ratio ens*: a racionalidade do homem econômico smithiano.

Como pôde-se se ver anteriormente, a faceta racional do homem econômico smithiano é balizada pelo auto-interesse. É natural, ao homem, ser auto-interessado, uma vez que possui pelo desígnio da sua Providência uma inclinação às trocas justas e deliberadas. Dessa maneira, portanto, podemos apontar que as duas principais características que envolvem o tipo econômico de Adam Smith são o auto-interesse e a tendência natural pelas trocas. Por mais complementares que possam ser ambas as facetas, é mister atinarmos-nos mais atentamente em cada uma delas singularmente.

O auto-interesse é o elemento central do homem econômico d'*A riqueza das nações*. É nele que se encontram os principais fundamentos do livre-mercado, tão e tão estimado pelo nosso autor, e é também nele que se encontra as expressões naturais da humanidade. O ser humano torna-se humano por ser auto-interessado. O seu *conatus* expressa-se tão logo no auto-interesse. Esse interesse, na obra de Smith, muitas vezes é recepcionado pelo benefício pecuniário. É pelos benefícios pecuniários, pelos ganhos líquidos de riqueza, que os homens se inclinam ao auto-interesse. Como explicitou William Grampp:

The economic man of Smith's last work differs from his predecessors by the overwhelming force of his self-interest. He is driven by a relentless desire to improve his material condition, there being

scarcely an instant of his life when he is not looking about for ways of adding to his fortune, so strongly does he feel 'the quick pulse of gain' [...] **it is a universal trait uniting all men of all lands in a common humanity of self-seeking**³⁶.

É comum à natureza de todos os homens, por uma inclinação racional - participio do pensamento filosófico do cotejo de Smith -, serem auto-interessados. É uma unidade comum, por conseguinte, de todos os homens, de todas as terras, de todos os contextos, tratar o seu próprio benefício como uma primazia. Os ganhos materiais da sociedade, a sociedade, a riqueza, o crescimento econômico e o poder são determinados pelo mercado, que é determinado pelo auto-interesse, inclinação natural dos seres humanos. Como foi dito anteriormente, para o Sr. Smith é pela compatibilidade com as pulsões naturais que se atinge a riqueza e o bem-estar social. E o auto-interesse é, essencialmente, a condição natural fundamental de expressão dos homens. Sem ele, não seria possível a obtenção de uma sociedade materialmente avantajada, e consistentemente evoluida.

O auto-interesse, porém, diferente de uma instância egocêntrica, em que o indivíduo deixa de reconhecer a necessidade de um pacto social mútuo, deve ser tratado enquanto uma qualificação passionalmente positiva, isto é, enquanto uma virtude, e não enquanto um vício. Assim, o auto-interesse smithiano que conduz os seres humanos à iluminação, não deve ser balizado pelo menosprezo do bem-estar do Outro, tampouco pela dor do outro. Muito pelo contrário, o auto-interesse deve ser mutuamente cooperativo, de tal modo que ele é benéfico para ambas as partes que executam as trocas, elaboram o comércio e, tão logo, desenvolvem a riqueza.

Dessa maneira, o "egoísmo" do agente adamita é, antes de tudo, um forte de amor. Envolve o *self love*, que é uma inclinação natural dos seres humanos, o qual é definido pela tendência natural às trocas e ao benefício próprio, assim como deve envolver os princípios solidários explicitados na *Teoria dos Sentimentos morais*. A mão invisível, bem como o espectador imparcial, tornam-se, então, entidades fundamentais para a conservação da consistência desse princípio. O mercado só chega ao equilíbrio se ambas as partes auto-interessadas cooperarem, mutuamente, para ele³⁷. Caso o contrário, a mão invisível falha e, tão logo, o mercado também falha na geração de eficiência. Assim é também o espectador

³⁶ Grampp, William D. Adam Smith and the Economic Man. *Journal of Political Economy*, Vol. 56, No. 4, pp. 315- 336, Agosto, 1948. p.328.

³⁷ A revolução nashiana da Economia do século XX, que adveio com a Teoria dos Jogos, quebrou esse paradigma de dupla coordenação no equilíbrio. Para mais sobre esse tema, cf. Myerson, Roger B. *Nash Equilibrium and the History of Economic Theory*. *Journal of Economic Literature*, Vol. 37, No.3, pp. 1067-82, Setembro, 1999.

imparcial. Ele, o espectador, só observa positivamente determinada ação, e cede ao agente o passe de consciência de executá-la sem culpabilidade, se essa for uma ação amável, cooperativa, compatível com o bem-estar do outro. Como observa Robert Lamb³⁸, o espectador imparcial, assim como a mão invisível, racional, são os elementos que os agentes, racionais por natureza, devem obedecer. Caso o contrário, estarão agindo em desacordo com a sua natureza e, portanto, de modo ineficiente.

A tendência natural pelas trocas, complementarmente, é vínculo indissolúvel da expressão do auto-interesse. Não é pela benevolência da entidade individual que os agentes trocam; caso fosse, a troca seria um ato de caridade e não de geração de vantagem mútua entre os agentes. É, de fato, pela expectativa mútua de benefícios partidos de determinados dotes individuais que permitem a diferenciação dos produtos, que os agentes trocam. As trocas são, então, uma inclinação natural do homem para a diversificação do substrato material da sociedade em que ele está inserido. Dessa maneira, é pelas trocas justas e deliberadas que o mercado executa o seu processo de equilíbrio, e a mão invisível é permitida para entrar em atuação.

Está aqui dimensionada a extensão racional do homem econômico do Sr. Smith. Com uma tendência natural às trocas, veiculada pelo auto-interesse vertido ao benefício próprio, o homem econômico smithiano é um homem que delibera para si. No entanto, essa deliberação possui um freio moral. Freio esse que será objeto das próximas linhas.

4.3. *Moralis ens*: a moralidade do homem econômico smithiano.

O homem econômico de Adam Smith, enquanto ideal-tipo de conduta econômica racional, não deve estar em desacordo com os postulados morais básicos, necessários à boa-aventurança cotidiana das ações. Desse modo, ele deve agir conforme os preceitos de moral expostos de forma integral, como vimos na *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Assim, ele deve agir de forma prudente, compatível com o agir virtuoso da sua alma. Dessa maneira, como explicita Grampp: "The economic man wins his honors for the practice of the middling virtue of prudence, which, it must be observed, is below justice and benevolence and only above propriety"³⁹. Ou seja, deve agir de forma honrosa, compatível com as predicções morais de uma vida solidária.

³⁸Lamb, Robert Boyden. *Adam Smith's System: Sympathy not Self-Interest*. Journal of the History of Ideas, No.35, Vol.4, pp 671-83, Out/Dez, 1974. p. 681.

³⁹ Grampp, 1948, p. 319.

Além disso, é um homem que deve agir de modo solidário perante ao todo social. Todas as suas atitudes, suas aquisições de talentos, seu *Dasein*, são atitudes timbradas pelo crivo inconsciente do espectador imparcial e do agir virtuoso da sua alma. É por essas duas ferramentas, que agem de modo simultâneo e complementar, que o homem econômico smithiano possui um crivo à cooperação.

Uma vez que já foi apresentado previamente o núcleo temático da formação moral adamita, acredito que a discussão prévia já é suficiente para a compreensão que o homem econômico smithiano é um homem que deve mediar suas ações pelas virtudes, pela solidariedade e pelo crivo do espectador imparcial. Quando esses elementos entram em consonância com o ambiente racional deste, temos, formada, então, a dimensão moral e racional do *homo economicus* adamita.

4.4. *Passio ens*: a emotividade do homem econômico smithiano.

Por fim, podemos analisar a derradeira faceta do homem econômico smithiano: a sua faceta emocional. Seus traços psicológicos são capazes de formar um homem que, além de um pressuposto apodítico-racional, meramente pragmático, é uma figura social e socialmente colocada. Temos, então, como principal etologia formativa desse sujeito, duas principais características: uma inclinação a e uma busca pela honra, pela emulação pessoal, e uma inclinação à propensão desejosa ao bem-estar do outro, à felicidade do outro.

No primeiro plano, temos que o desejo de emulação, posteriormente analisado nos economistas seguintes a Adam Smith, como Thorstein Veblen e demais membros da escola histórica alemã, assim como o desejo de honra dentro do ambiente social, são inclinações emotivas do homem econômico smithiano. De acordo com Smith é pelo senso de solidariedade que essa emulação se destrincha. Uma vez que desejamos o bem do outro, que desejamos a estima do próximo, sob uma condição em que a sua estima é determinada pela vivência pregressa, é evidente que desejamos, também, a nós, algo que gere prazer aos outros. É, então, propícia e recorrente - na Glasgow do século XVIII - a obsequiosidade com relação aos mais abastados, uma vez que eles vivem em uma condição confortável. São homens de sucesso, os quais gozam das jactâncias de uma vida solene e compensatória, que emulam as condições de vida ideais para os homens de menor sucesso.

Nossa obsequiosidade, para com nossos superiores se origina mais freqüentemente, de

nossa admiração pelas vantagens de sua situação do que de qualquer expectativa pessoal de benefício advindo de sua boa vontade. Seus benefícios podem estender-se apenas a uns poucos; mas seus destinos interessam a quase todos [...] Mesmo quando a ordem da sociedade parece exigir que nos oponhamos aos ricos, dificilmente somos capazes disso⁴⁰.

Dessa maneira, nós, enquanto sujeitos racionais, admiramos as condições de riqueza pela conforto material que ela propõe. Uma riqueza combatida com os predicados morais citados previamente não só é lícita, como também é desejável, e uma inclinação natural dos seres humanos.

Esse desejo, propriamente emulatório, é envolvido pela nossa aceitação, desejável, da felicidade do outro. Como vimos anteriormente neste capítulo, é próprio do sujeito adamita o apreço pelo prazer do outro. Além da mera utilidade vinculada à minimização das dores e maximização dos prazeres, o homem econômico de Smith procura solidarizar-se com a condição do Outro, de tal modo que o conforto deste é concupiscível e o desconforto é irascível. Sendo assim, podemos concluir que a dimensão emotiva do homem smithiano é, propriamente, uma dimensão de solidariedade, de caridade relativa ao Outro total.

⁴⁰ Smith, 2002, p.63.

5. Conclusão.

Finalizada está, aqui, nossa arqueologia conformadora. Nessa combatida organização, observamos, eu e você, leitor, uma construção completa. Inicialmente, apresentei minha metodologia: observar o homem econômico sob a perspectiva de uma arqueologia do saber, como fez Foucault, com diversos dos seus objetos de estudo, como a sexualidade, as formas de poder, às tantas. Nessa metodologia, minha busca não foi propriamente aquela de explicitar as formações modernas do homem econômico, posteriores à definição própria estipulada por John Stuart Mill, e posteriormente convencionadas pelos demais economistas, mas sim foi aquela de demonstrar a existência de uma abstração econômica capaz de explicar o comportamento econômico tipológico de determinado agente, que fosse anterior a essa primeira significação. Isso, como podemos observar na perspectiva metodológica, é, exatamente, a análise dos discursos que compõem a formação de um saber. Tendo isso em vista, o leitor atento observou que cada uma das definições de homem econômico propostas, possuem, consigo, uma carga de perspectiva.

Conquanto o homem econômico platônico é aquele cidadão de uma "cidade das idéias", em que o Filósofo era uma figura formativa e idealizada, pela qual todos deveriam se guiar, e cujas principais características eram aquelas de ser um homem utilitário, por observar valor nos objetos somente à medida que pudesse usá-los, moderado e cívico. O homem econômico tomista era um homem emplacado pela Vontade do Verbo, isto é, era um homem que buscava ser justo, que não admitia ganhos pérfidos e adicionais, e que era avesso ao enriquecimento voraz. Era um tipo, portanto, que efetuava cálculos econômicos, porém os efetuava baseado em uma estequiometria teológica. E, por fim, o homem econômico adamita era um homem solidário, moral e auto-interessado, que, aplacavelmente, queria enriquecer para suplantar sua emulação pecuniária.

Observe que, em todas essas propostas, existiu, ao longo do texto, a exposição de diferentes discursos. Platão, pensador antigo, num mundo politeísta e cívico, representante de um primeiro do mundo econômico. São Tomás, monge dominicano, residente do pináculo da idade média, *vir catholicus et totus apostolicus*, representante de um outro momento do mundo econômico. Adam Smith, professor de lógica e filosofia da universidade de Glasgow na Inglaterra, confluente das ideias do iluminismo, donde a razão era imperiosa e a ciência era a imperatriz. Todos esses sujeitos, luminares intelectuais dos seus respectivos momentos históricos, tipificaram formas diferentes do discurso econômico. Pensaram e anteveram diversos predicados que foram criticados, reconstruídos, imitados, na Ciência Econômica; e

hoje, nos contribuíram para uma compreensão mais holística do mundo econômico e da história do pensamento econômico.

Como próximos apontamentos, acredito que um maior enfoque na pesquisa de autores anteriores à formação do cânon econômico walrasiano, ou paralelos a essa linha de pesquisa, principalmente no tocante à abstração do homem econômico, sejam de suma importância para que possamos desenvolver e compreender melhor o mundo econômico e a própria história do seu pensamento. Finalizo minha trajetória, aqui, com a frase de Miguel Reale, antigo reitor da Universidade de São Paulo: "No universo da Cultura, o centro está em toda a parte". Assim é, também, com a economia, uma ciência do homem, para o homem e sobre o homem. E entender as formações discursivas que envolvem o pensamento econômico é um projeto expansivo próprio dessa ciência.

6. Referências Bibliográficas.

Arida, Pêrsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica.* In: Rego, José (org.). *Retórica na Economia.* 1a edição. São Paulo: editora 34, 1996.

Bloch, Marc. *Sociedade feudal. Tradução de Emanuel Lourenço Goudinho.* Lisboa: Edições 70, 1982.

Bonar, James. *Philosophy and political economy in some of their historical relations.* 3a Edição. Londres: G. Allen & Unwin, 1992.

Comte, Auguste. *Curso de filosofia positiva.* Edição da Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Friedman, Milton. *The Methodology of Positive Economics.* In *Essays In Positive Economics.* Chicago: Univ. of Chicago Press, 1966.

Gilson, Étienne. *Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien.* 3a edição. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1967.

Grampp, William D. *Adam Smith and the Economic Man.* *Journal of Political Economy,* Vol. 56, No. 4, pp. 315- 336, Agosto, 1948.

Hugon, Paul. *História das doutrinas econômicas.* 14a edição. São Paulo: Atlas, 2009.

J.E. Raven. *Plato's Thought in the making.* 1a edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

Keynes, John Neville. *The Scope and Method of Political Economy.* 4a edição. New York: A. M. Kelley, 1955.

Lamb, Robert Boyden. *Adam Smith's System: Sympathy not Self-Interest.* *Journal of the History of Ideas,* No.35, Vol.4, pp 671-83, Out/Dez, 1974.

Lange, Oscar. *The Scope and Method of Economics.* *Review of Economic Studies,* 13 (1946).

Marcelo, Giacomoni; Vargas, Anderson. *Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva.* *Veredas Online: Análise do Discurso,* pp.119-29, Fevereiro, 2010.

Myerson, Roger B. *Nash Equilibrium and the History of Economic Theory.* *Journal of Economic Literature,* Vol. 37, No.3, pp. 1067-82, Setembro, 1999.

Platão. *Eutidemo.* 1a Edição. Tradução do texto adaptado de John Burnet por Maura Iglesias. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2011.

_____. *Leis.* In: *Plato in Twelve Volumes, Vols. 10 & 11.* Traduzido por R.G. Bury. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967.

Popper, Karl R. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. 2a edição. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. Vol. 1.

Rela, Nara. *Adam Smith's homo oeconomicus*. Manuscrito: Revista Internacional de Filosofia, v. 44, n. 3, p. 109–142, Jul/Set, 2021.

Schumpeter, Joseph. *History of Economic Analysis*. Abingdon: Routledge, 1981.

Smith, Adam. *Investigações sobre a natureza e as causas da Riqueza das nações*. Volume I. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril cultural, 1996.

_____. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Tomás de Aquino. *Summa Theologica*. Tradução de Alexandre Correia. 1ª Edição. São Paulo: Ecclesiae, 2018.

Townsend, Kenneth Neal. *Platonic Economic Theory: the Economics of Moderation*. Louisiana: LSU Historical Dissertations and Theses, 1983.

Trevar, Albert Augustus. *A History of greek economic thought*. Chicago: Chicago University Press, 1916.